



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CAMPUS III – GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA
Linha de Pesquisa - Espaço agrário: reorganização espacial e relações de trabalho**

GRAZIELA LAISA VIEGAS DA CUNHA

**EFEITOS DO PRONAF NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
PIRPIRITUBA/PB (1995-2022)**

GUARABIRA/PB

2022

GRAZIELA LAISA VIEGAS DA CUNHA

**EFEITOS DO PRONAF NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE
PIRPIRITUBA/PB (1995-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Graduação em Geografia, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito obrigatório à obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França.

Linha de pesquisa: Espaço agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

GUARABIRA/PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C972e Cunha, Graziela Laisa Viegas da.
Efeitos do PRONAF na agricultura familiar no município de
Pirpirituba/PB (1995-2022) [manuscrito] / Graziela Laisa
Viegas da Cunha. - 2022.
70 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França ,
Coordenação do Curso de Geografia - CH."

1. Agricultura familiar. 2. PRONAF. 3. Programa de crédito.

I. Título

21. ed. CDD 910

GRAZIELA LAISA VIEGAS DA CUNHA

**EFEITOS DO PRONAF NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
PIRPIRITUBA/PB (1995-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Graduação em Geografia, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito obrigatório à obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Linha de pesquisa: Espaço agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

Aprovada em: 06/12/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico ao meu pai que sempre sustentou minha família através da agricultura, fazendo disso, sua maior fonte de renda e sobrevivência, dedico também aos meus parentes que grande parte também vive da agricultura e os agricultores do município de Pirpirituba/PB em modo geral que fazem parte da agricultura familiar.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me concedeu sabedoria para seguir no caminho do conhecimento, também por ter me proporcionado discernimento e saúde para a conclusão deste trabalho.

Aos meus pais, Graças Viegas e Manoel Cunha pelo o incentivo desde o Ensino Básico até a Graduação me mostrando sempre, que a educação é necessária para o indivíduo e sua formação, aos meus irmãos Bruno Viegas e Maísa Viegas. A minha tia, Fátima Viegas, por sempre ter me apoiado colaborando com meus estudos desde criança com todo acolhimento e carinho. Vocês sempre foram a minha inspiração, sou a pessoa que me tornei, por vocês terem confiado no meu potencial.

Ao professor e orientador Diego Pessoa Irineu de França, que aceitou prontamente me orientar de maneira gentil, fica aqui o meu agradecimento por ter contribuído para minha formação e conclusão desta pesquisa enquanto discente.

Ao professor Leandro de Paiva do Monte Rodrigues que contribuiu com início dessa minha pesquisa me ajudando e auxiliando. Aos demais professores que fizeram parte desta trajetória acadêmica, contribuindo com todos os ensinamentos ao longo das matérias ministradas que foram de grande valia para meu aprendizado, principalmente para minha caminhada como professora de geografia.

Aos meus colegas de graduação e em especial ao meu namorado Leonardo Ribeiro por seu companheirismo, fica aqui o meu agradecimento a vocês pelos momentos de ajuda e alegria em minha trajetória acadêmica. Meus sinceros agradecimentos a todos!

“A única utopia que os agricultores carregam consigo é a utopia da esperança. Esperança que dias melhores virão, que o suor de seu trabalho seja valorizado, que sua contribuição social seja, de fato, reconhecida.”

Ezequiel Redin

043. CURSO LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

NOME: Graziela Laisa Viegas da Cunha

TÍTULO: Efeitos do PRONAF na Agricultura Familiar no Município de Pirpirituba/PB (1995-2022)

LINHA DE PESQUISA: Espaço agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

ORIENTADOR: Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

RESUMO

A partir do surgimento da agricultura familiar no Brasil, o sistema de trabalho agrícola está em constante processo de diferenciação social desde então, originando uma crescente diversidade no setor rural no seu sistema de produção, o Estado tem que desenvolver diferentes políticas públicas para o avanço do produtor rural, entre elas está incluso o seu estado de emancipação econômica. Desse modo, este trabalho visa analisar o Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF no sistema da agricultura familiar e o seu universo empírico no município de Pirpirituba/PB entre 2019 a 2022 a pretensão de entender as transformações existentes nas produções dos agricultores familiares após acessarem os recursos do PRONAF. Além disso, contribuir o debate acerca das políticas agrícolas do crédito rural voltadas para a agricultura familiar. Inicialmente foi realizado um histórico da evolução da agricultura familiar no território brasileiro e seus diferentes segmentos de produção na agricultura mais especificamente encontrados no estado da Paraíba, tendo como definição construir informações que esclareçam de forma apropriada a sua ligação como impulsionador de renda nas comunidades rurais do município. A partir disso, analisa-se tal programa, apresentando seus principais mecanismos, beneficiários, fontes de recursos e agentes financeiros, demonstrando que o Programa de Crédito, integra um método de inovação na agricultura do Brasil. Para isso, foi empregado uma abordagem metodológica qualitativa com a utilização de entrevistas semiestruturadas com alguns agricultores familiares das comunidades rurais e instituições responsáveis por sua ampliação em nível local. Por fim, conforme a efetivação da pesquisa, foi considerado que o PRONAF vem desempenhando um papel importante no cenário rural, para os agricultores que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e buscam o crédito de custeio para potencializar sua produtividade, mas diante disso ainda encontramos algumas desigualdades econômicas, sociais e ambientais que ainda não foram amplamente amenizados.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, PRONAF, Programa de Crédito.

043. CURSO LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

NOME: Graziela Laisa Viegas da Cunha

TÍTULO: Efeitos do PRONAF na Agricultura Familiar do Município de Pirpirituba/PB (1995-2022)

LINHA DE PESQUISA: Geografia Rural e Agrária

ORIENTADOR: Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

ABSTRACT

From the emergence of family farming in Brazil, the agricultural work system has been in a constant process of social differentiation since then, originating a growing diversity in the rural sector in its production system, the State has to develop different public policies for the advancement of rural producer, including his state of economic emancipation. Thus, this work aims to analyze the National Family Agriculture Program - PRONAF in the family farming system and its empirical universe in the municipality of Pirpirituba/PB between 2019 and 2022 with the intention of understanding the existing transformations in the productions of family farmers after accessing the PRONAF resources. In addition, contribute to the debate about agricultural policies of rural credit aimed at family farming. Initially, a history of the evolution of family farming in the Brazilian territory and its different production segments in agriculture, more specifically found in the state of Paraíba, was carried out, with the definition of building information that appropriately clarifies its connection as an income booster in rural communities in the County. From this, this program is analyzed, presenting its main mechanisms, beneficiaries, sources of resources and financial agents, demonstrating that the Credit Program integrates a method of innovation in agriculture in Brazil. For this, a qualitative methodological approach was used with the use of semi-structured interviews with some family farmers from rural communities and institutions responsible for their expansion at the local level. Finally, according to the effectiveness of the research, it was considered that PRONAF has been playing an important role in the rural scenario, for farmers who are in a situation of socioeconomic vulnerability, and seek costing credit to enhance their productivity, but before that still we find some economic, social and environmental inequalities that have not yet been largely alleviated.

Keywords: Family Farming, PRONAF, Credit Program.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Imagem aérea: Usina São Francisco - Pirpirituba/PB	16
Figura 2: Mapa de localização do município de Pirpirituba/PB.....	17
Figura 3: Localização da Avenida Celso Cirne - Local principal do município em estabelecimentos e comércios	20
Figura 4: Feira - livre localizada na Rua Presidente João Pessoa, centro de Pirpirituba/PB	20
Figura 5: Mapa de distribuição dos pequenos e médios produtores rurais do município	21
Figura 6: Feira da Agricultura Familiar de Pirpirituba/PB	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produto Interno Bruto e suas categorias econômicas	19
Gráfico 2: Programas de financiamento rural – Brasil	31
Gráfico 3: Números de contratos e valores acumulados por ano pelo BNB (2010-2021)	42
Gráfico 4: Percentual de área ocupada e estabelecimentos agropecuários por agricultores familiares em relação ao total de estabelecimentos de cada mesorregião do estado da Paraíba	45
Gráfico 5: Percentual de estabelecimentos de agricultores familiares da Paraíba por grupos de áreas em (ha)	46
Gráfico 6: Programas de financiamento rural – Paraíba	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População rural, população urbana e população total - Pirpirituba/PB (1991-2010)	18
Tabela 2: Relatório do perfil agrícola municipal – 2017	22
Tabela 3: Utilização das terras, segundo a agricultura familiar e o PRONAF – 2017	27
Tabela 4: modalidades de financiamento por subprograma tipo PRONAF	39
Tabela 5: Quantidade de contratos por região para custeio e investimento do Crédito PRONAF. Período de janeiro/2013 a dezembro/2021	40
Tabela 6: Segmentação de estabelecimentos agropecuários a partir das normas do PRONAF	52
Tabela 7: Número de contratos e montante de crédito rural do PRONAF por ano fiscal, janeiro 2019/setembro 2022	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica de Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste Brasileiro
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMPAER	Empresa Paraibana, Extensão Rural e Regularização Fundiária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FNE	Fundos Constitucionais do Nordeste
FCO	Fundos Constitucionais do Centro-Oeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
Funcafé	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
GOV	Governo Federal
GU	Gestão Unificada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IDEME	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual
ITR	Imposto Territorial Rural
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MPA	Movimentos dos pequenos agricultores
OGU	Orçamento Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Produção Agrícola Municipal
PB	Paraíba
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SDR	Secretaria do Desenvolvimento Rural
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEDAP	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agropecuário e Pesca
SNCR	Sistema Nacional Crédito Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
RPE	Recursos Próprios Equalizáveis
UF	Unidade Federativa
UFPA	Unidades Familiares de Produção Agrária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. ANÁLISE DA CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA NO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA/PB, NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	15
3. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E ESPAÇO ECONÔMICO AGROPECUÁRIO NO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA	17
4. METODOLOGIA	22
5. PRINCIPAIS POLITICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS NO MEIO RURAL.....	25
5.1. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	25
5.2. PROGRAMA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	32
5.3. ATUAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA E DO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA NA AGRICULTURA (AGRICULTURA FAMILIAR)	43
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	51
6.1. IMPORTÂNCIA DO PRONAF NO MUNICÍPIO.....	51
6.2. ANÁLISE DOS EFEITOS DO PROGRAMA DE CRÉDITO PRONAF NO CONTEXTO AGRICULTURA FAMILIAR	56
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas semiestruturadas: agricultores familiares que acessam os recursos do PRONAF no município de Pirpirituba/PB.....	68
APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas: EMPAER do município de Pirpirituba/PB.....	70
APÊNDICE C - Roteiro preliminar para entrevistas com instituições financiadoras do PRONAF no município de Pirpirituba/PB: Banco do Nordeste do Brasil - BNB.....	71

1. INTRODUÇÃO

É através do entendimento da agricultura que conhecemos que essa prática é uma atividade econômica indispensável às sociedades humanas e, ao mesmo tempo, uma atividade que opera significativamente para a transformação do ambiente em que se desenvolve. Esse trabalho tem como discussão teórico-conceitual sobre o financiamento público da agricultura familiar, por meio do Programa do Governo Federal - Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), trazendo um forte impacto na agricultura brasileira e levantando uma síntese de sua realidade social e econômica no município de Pirpirituba/PB.

O embasamento teórico deste trabalho traz alguns pensadores e pesquisadores os quais firmaram o objetivo pressuposto, somando-se a essa pretensão, estudos elaborados por alguns autores, que de forma direta ou indireta colaboraram para melhor compreensão da temática levantada inicialmente sobre o sistema de financiamento agrário e seus recursos como forte impulsionador nas pequenas comunidades rurais do município de Pirpirituba/PB, levando em destaque a importância de compreender como acontece o funcionamento e prática ao meio de sobrevivência através da agricultura o pequeno agricultor brasileiro.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a agricultura familiar é responsável por cerca de 80% dos alimentos produzidos mundialmente. No território brasileiro, esse sistema de produção é responsável pela maioria dos alimentos que chegam à mesa da população do Brasil, entre eles estão o café, leite, mandioca e feijão.

Desse modo, para fortalecer essas atividades agrícolas, foi criado o em 1995 pelo Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso o PRONAF como um modelo de política pública brasileira que visa prestar atendimento diferenciado aos pequenos agricultores através de financiamento bancário e assistência técnica, cuja a produção é resultado de sua própria força de trabalho ou mão de obra familiar, para possibilitar uma emancipação econômica através do trabalho rural.

Nesse contexto, o trabalho propõe analisar as relações dos agricultora familiar do município de Pirpirituba/PB e seu elo com o sistema do PRONAF em prol da família rural, seus sistemas de produções nas atividades agrícolas e as formações de unidades produtivas crescentemente identificadas.

Portanto, a pesquisa está agregada e foi realizada para melhor aprofundamento relativo aos agricultores pertencentes a agricultura familiar e seu desenvolvimento econômico no espaço geográfico. O surgimento do tema está relacionado às atividades rurais agrícolas que tem sido um importante impulsionador para fortalecimento de inovação nas áreas rurais e

consequentemente um método favorável na diminuição da pobreza em pequenas comunidades, trazendo diversas indagações nos últimos anos desde o seu surgimento, alimentando debates em eventos de literatura científica da ciência social e humana, resultantes de pesquisas acadêmicas sobre a ruralidade familiar da agricultura brasileira.

O trabalho também apresenta o intuito de demonstrar os mecanismos do PRONAF e seus resultados que ampliam e fortalecem o sistema de produção agrícola principalmente no município de Pirpirituba/PB, viabilizando o trabalho do campo. Por meio do trabalho de campo a pesquisa empírica é desenvolvida nas comunidades rurais do município, as quais têm como maioria a dependência exclusiva do trabalho agrícola para garantir as suas necessidades econômicas. A partir do estudo dessas relações agrícolas pretende-se destacar através desse elo a integração das produções rurais e sua inserção no espaço econômico através do PRONAF.

Contudo, esse exercício interpretativo irá levantar dados obtidos a partir da pesquisa realizada em visita a campo que foi mantida a oportunidade de coletar dados fundamentais e necessários para o desenvolvimento do estudo do espaço investigado, essas investigações aliaram-se às pesquisas de referencial teórico, que permitiu a conclusão dos pressupostos lançados inicialmente.

Vale ressaltar, que essa pesquisa acadêmica não pretende fazer nenhum enaltecimento ao PRONAF para os agricultores familiares, incentivando que os mesmos acessem os recursos disponibilizados pelo programa, tendo em vista que tal decisão é tomada pelos agricultores em função de aspectos oferecidos. Dessa forma, o que se pretende é justamente nesse estudo compreender que aspectos do programa e sua possível influência na realidade dos agricultores familiares que buscam seus benefícios conforme a sua necessidade econômica.

O trabalho utiliza uma abordagem qualitativa para compreender os motivos pelos quais a política de crédito direcionada aos agricultores familiares impacta a economia local do município estudado, gerando uma série de questionamentos acerca da implementação do PRONAF entre esses agricultores, além do fato de existirem poucos estudos, na localidade escolhida, que enfoquem tais aspectos de forma direta. Tendo em vista que, o município escolhido é pouco abordado em pesquisas acadêmicas voltadas para a caracterização e compreensão do universo socioeconômico local, temas sobre a agricultura familiar e o desenvolvimento rural, programas e políticas de crédito, entre outros. Isso pode significar uma importante contribuição para o conhecimento de aspectos específicos da região estudada, a partir da realização deste trabalho.

A estrutura do trabalho está organizada em quatro divisões. No primeiro tópico demonstraremos a caracterização do município estudado segundo o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), apresentando a sua localização, população, economia, e seu perfil agrícola. Ainda no primeiro tópico será delineado a estruturação metodológica apresentando alguns pensadores, pesquisadores e órgãos públicos com os conceitos que transpassaram no decorrer do texto, apresentando algumas questões complementares sobre a questão agrária baseado na obra Coppetti (2008) cunhado com os conceitos de colocações pragmáticas das políticas públicas da agrária segundo Mattei (2005), e informar as estratégias utilizadas para a coleta de dados.

No segundo tópico será colocado em discussão o objeto de estudo específico da pesquisa empreendida, o PRONAF. Com uma breve abordagem apresentando como o programa surgiu, as suas características, estrutura, quais os requisitos para acessá-lo. Além de relatar o seu antecessor Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), para melhor diálogo com outros pensadores, comentando as suas visões acerca deste sistema de crédito para o produtor rural.

No tópico três, primeiramente ocorrerá a apresentação do grupo de beneficiários do PRONAF que foi coletado através da pesquisa em campo. Após isso, será apontado as considerações que validam a ampliação do PRONAF no município de Pirpirituba/PB, afim de trazer as respostas às hipóteses, com levantamento de dados após a realização da entrevista semiestruturada. Por fim, no tópico quatro será apresentado as considerações finais com o encerramento da pesquisa revelando o comportamento e influência do programa PRONAF no município.

2. ANÁLISE DA CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA NO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA/PB, NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

Neste tópico, a caracterização do município em que o estudo foi realizado procurará enfatizar os aspectos referentes à localização, população, economia, exploração agrícola e acesso ao crédito do PRONAF por parte dos agricultores familiares locais.

Segundo o IBGE (2022) no século XX, a povoação de Pirpirituba/PB foi elevada à categoria de vila em 1938, apesar de ser distrito pertencente à cidade de Guarabira desde 1892. De acordo com o Decreto Lei Estadual de Elevado nº 972, de 02/12/1953 passando a município independente. O território foi uma das primeiras localidades a ser colonizada pelos brancos-portugueses e holandeses, por volta do século XVII. Durante o período a razão de ocupação nas terras do Nordeste, era a busca por riquezas naturais, que foram localizadas inicialmente na

Serra de Cupaoba e logo depois as explorações estenderam-se para diversas áreas do Nordeste brasileiro, em meados do século XIX, a região Nordeste chegou a ser umas das áreas mais ocupadas no Período colonial.

A partir disso, segundo IBGE (2007) de acordo com alguns estudiosos do assunto, surge a origem da palavra em tupi-guarani “*Peri-peri-tuba*” corresponde a “*onde nasce o junco*”. A primeira zona de povoamento iniciou em meados do século XIX, depois que os fazendeiros da região Luiz Correia de Melo e Lourenço Cordeiro estabilizaram-se em fazendas e deram início aos primeiros núcleos populacionais, sob a toponímia de Pirpirituba, mantinham uma economia predominante através da agricultura de subsistência, entre elas o cultivo do algodão e criação de gado como atividade complementar para produção de algodão.

O município onde se desenvolve o estudo, foi tomado pela monocultura canavieira, que abastecia os engenhos e a usina de cana-de-açúcar, conhecida como Usina São Francisco Agroindustrial, que foi inaugurada em 1948 na zona rural do Sítio Baixa do Carro, ficando a cerca de 2,5 km do centro da cidade de Pirpirituba/PB.

Segundo Rodrigues (2012, p. 46) a usina São Francisco no município de Pirpirituba foi criada em 1948, sendo bem menor que as outras duas da região do Brejo, a Usina Tanques criada em 1928 no município de Alagoa Grande, a Usina Santa Maria instalada em 1930 no município de Areia mestras da economia agrícola regional. A usina São Francisco foi desativada por volta dos anos noventa e atualmente a Casa Grande da antiga atividade monocultora de cana é ocupada por agricultores e seus familiares (Figura 1).

Figura 1: Imagem aérea: Usina São Francisco - Pirpirituba/PB



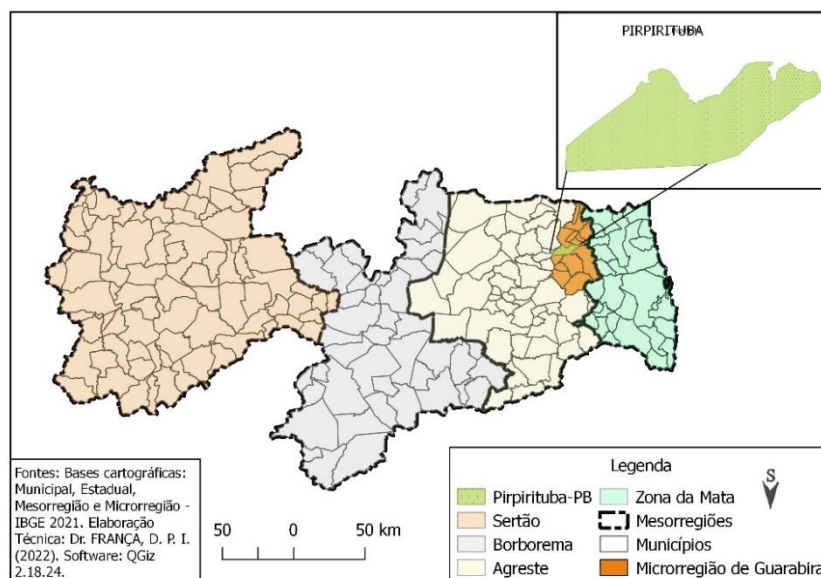
Fonte: Joclebson Cleyton ,2022.

Segundo França (2020, p. 79), o principal processo de povoamento da região do Brejo Paraibano, aconteceu por volta do século XVIII, sob a égide da produção de algodão, onde está cultura se propagou através da policultura e à criação de gado. Posteriormente, a cultura da cana-de-açúcar, café e sisal se alternaram regionalmente, dando origem aos ciclos econômicos e surgimento de algumas cidades da região agreste, onde está situado o município de Pirpirituba/PB. Ainda segundo o comentário do autor: “A partir dos anos de 1970, a cana-de-açúcar amplia sua força, com a implantação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) que teve um impacto significativo na organização e produção do espaço agrário do Brejo Paraibano” (FRANÇA, 2020, p, 80). Subtendendo -se que o processo de expansão da cana-de-açúcar, teve ampliações profundas para as transformações territorial no município e contribuindo para aumento da povoação efetiva da região.

3. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E ESPAÇO ECONÔMICO AGROPECUÁRIO NO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA

Pirpirituba está localizada no Nordeste do território brasileiro, mas propriamente dita no estado da Paraíba, na região imediata de Guarabira e intermediária de João Pessoa, com cerca de 102 km² de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Tendo como coordenadas geográficas decimais: Latitude: 6°46'495 S., Longitude: 35°29'19”O, em uma latitude de 108m, e limites os seguintes municípios: Belém, Borborema, Guarabira, Pilõezinhos e Sertãozinho (Figura 2).

Figura 2: Mapa de localização do município de Pirpirituba/PB



Fonte: Elaboração técnica: Dr. FRANÇA, D. P. I. (2022).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em 2010 a população do município era de aproximadamente entre 10.326 habitantes, apresentando uma Densidade demográfica de 129,33 hab./km² com Área da unidade territorial de 80,672 km². No último Censo Demográfico, em 2010, a população situada na área urbana era estimada em 7.894 pessoas, com taxa percentual de 76,5% e área rural de 2.432 pessoas, com taxa percentual de 23,6% (Tabela 1).

Tabela 1: População rural, População urbana e População total - Pirpirituba/PB, (1991- 2010)

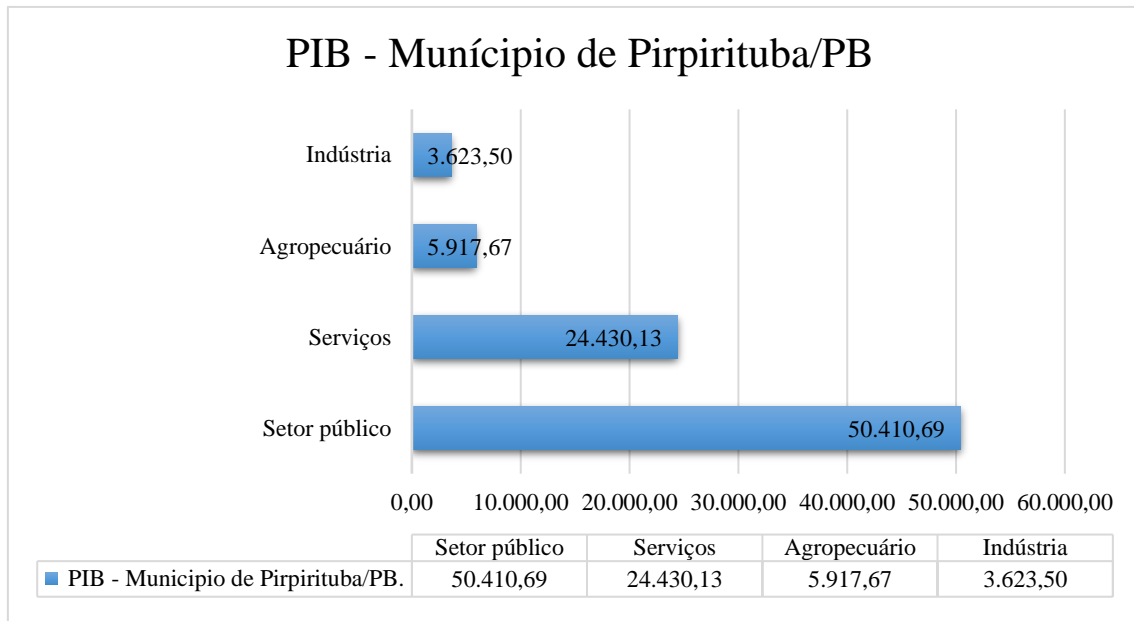
População	População (1991)	% do Total	População (2000)	% do Total	População (2010)	% do Total
Urbana	7.081	69,72	7.518	73,72	7.894	76,45
Rural	3.075	30,28	2.680	26,28	2.432	23,55
Total	10.156	100,00	10.198	100,00	10.326	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico -2010. Elaboração própria.

Apesar da população total do município de Pirpirituba/PB apresentar uma taxa percentual de crescimento média entre 1991 a 2000 de 0,7% e posteriormente em 2000 a 2010, a taxa média de crescimento foi de 0,17%. Observa-se que houve uma queda de 643 habitantes na população da zona rural em três décadas, essa transição para a zona urbana vem ocorrendo devido à busca de melhoria de vida do homem do campo, com o surgimento de novas oportunidades de emprego, além disso também tem o fator da violência no campo.

O Produto Interno Bruto (PIB) é aproximadamente R \$84.381.000,99, a renda per capita cresceu nas últimas décadas R \$8.418,63 em 2019. A economia do município de Pirpirituba está em torno de três impulsionadores de renda: Primeiro valor adicionado através administração pública que incluem (defesa, educação e saúde pública), na sequência aparecem as participações dos serviços, a agropecuária e por fim a indústria (IBGE, 2019), (Gráfico 1).

Gráfico 1: Produto Interno Bruto e suas categorias econômicas



Fonte: IBGE, Produto interno bruto dos municípios - 2019. Elaboração própria.

No Gráfico 1, nota - se que a produção agropecuária tem o total de 5.917.000,67 com percentual de 7% do PIB. Se for comparado com os outros propulsores de renda, a agropecuária encontra-se relevante e economicamente importante, como um dos atuantes de renda, visto que a agricultura familiar corresponde a 90% do total bruto da produção agropecuária. O faturamento apresentado pela produção industrial corresponde por 4,2%, ficando atrás da agropecuária com 7%, dos serviços com 28,9% e por fim setor público com 59,7%, que corresponde como maior gerador de renda do Produto Interno Bruto do município de Pirpirituba. Segundo o Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME), pelo cálculo do Índice de Gini desigualdade econômica vem aumentando com as décadas: o Índice de Gini passou de 0,44 em 1991 para 0,55 em 2000 e para 0,52 em 2010.

“O Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini e publicada no documento “*Variabilità e Mutabilità*” em 1912. Esse índice é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza entre outras. Onde 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa (IPECE, 2015).

Considerando que Pirpirituba/PB apresenta um baixo potencial de desempenho econômico, sua característica local é de baixa influência nos municípios vizinhos da região paraibana, por estar em torno da região de Guarabira/PB uma cidade que economicamente influencia as cidades menores e atrai maior parte dos visitantes. Por sua vez, Pirpirituba destaca

seus maiores pontos econômicos o centro da cidade que apresenta seu maior número de comércios, estabelecimentos, escolas e a Feira-Livre que acontece aos sábados com comercialização de produtos agrícolas, carnes, utensílios domésticos, artesanatos, além de acessórios, roupas, etc., tendo como intuito o oferecimento de mercadorias de boa qualidade fornecidos pelos produtores rurais da localidade e com preços mais baixos comumente aplicados em supermercados (Figura 3 e Figura 4).

Figura 3: Localização da Avenida Celso Cirne - Local principal do município em estabelecimentos e comércios



Fonte: Graziela Viegas, 2022.

Figura 4: Feira - livre localizada na Rua Presidente João Pessoa, centro de Piripituba/PB

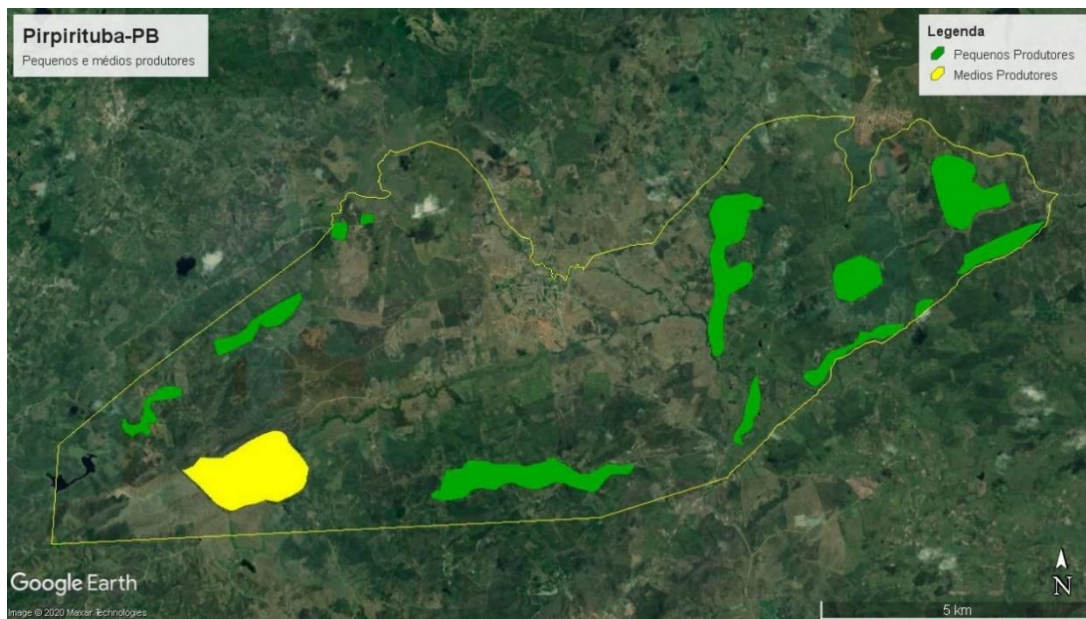


Fonte: Graziela Viegas, 2022.

Conforme dados do Censo Agropecuário (2017), o município de Pirpirituba/PB é composto por 436 estabelecimentos agropecuários, onde as condições de produtores apresentam destacam-se entre 321 proprietários das terras, 11 parceiros de proprietários, 17 assentado sem titulação definida, 4 arrendatários e produtor sem área, que ocupando aproximadamente uma área de 5.460 hectares (ha). Sendo assim, Pirpirituba caracteriza-se por ter sua economia razoavelmente dependente do setor agrícola, onde 4.979 das áreas por hectares são exploradas por produtores rurais.

Segundo a Secretaria Municipal da Agricultura de Pirpirituba (2022), atualmente o município é composto por 23 comunidades rurais, e uma sede urbana, com atividades agrícolas bem distribuídas (Figura 5).

Figura 5: Mapa de distribuição dos pequenos e médios produtores rurais do município



Fonte: Adaptada da Secretaria de Agricultura, 2020.

No que diz respeito às características lavouras produtivas do município em 2017, segundo os dados divulgados pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), os cinco cultivos com maiores valores de produções são principalmente a cana-de-açúcar, a mandioca, a banana (cacho), o milho (em grão), e a manga, além de outros alimentos voltados para à subsistência (Tabela 2).

Tabela 2: Relatório do perfil agrícola municipal – 2017

Gênero produzido	Área plantada (ha)	Quantidade (toneladas)	Rendimento (kg/ha)	Valor de produção (R\$ mil)
Cana-de-açúcar	140	7.000	50.000	560
Mandioca	80	800	10.000	320
Banana (cacho)	40	480	12.000	480
Manga	20	140	7.000	70
Milho (grão)	200	140	700	98

Fonte: IBGE, PAM - 2017. Elaboração própria.

Na tabela 2, segundo a pesquisa pela PAM, foram produzidas no referido ano de 2017 determinadas quantidades de gêneros agrícolas subentende-se que o município de Pirpirituba/PB, proporciona uma produção significativa e com destaque a produção de cana-de-açúcar. A produção de pecuária leiteira também é uma atividade importante, fazendo-se presente em 717 estabelecimentos, que produziram cerca de 1.080 de litros de leite com o valor de produção de (R\$ mil) 2.160. Ainda merecem destaque no município atividades como a apicultura, avicultura e a aquicultura.

4. METODOLOGIA

Neste subtópico será detalhado os elementos metodológicos utilizados para construir este trabalho, tendo em vista que os elementos e instrumentos primordiais para o referencial foi o cunho metodológico, que trouxeram acréscimo para a realização da pesquisa, análise e coleta de dados obtidos em campo junto ao público-alvo. Com objetivo do estudo de analisar o sistema dos agricultores familiares e seu universo empírico no município de Pirpirituba/PB após terem optado pelo PRONAF para ampliação da renda no meio rural. Foi utilizado uma abordagem metodológica da *Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos* (YIN, 2001), segundo o autor:

[...] se quisesse saber “quais” tinham sido os resultados de um novo programa governamental, poderia responder a esta pergunta de frequência fazendo uma vigilância ou examinando dados económicos, dependendo do tipo de programa envolvido. Assim considere questões como estas: Quantos clientes é que o programa serve? Que tipo de benefícios foram recebidos? Quão frequentemente foram diferentes benefícios produzidos? Isto tudo poderia ser respondido sem fazer um estudo de caso. Mas se precisasse saber “como” ou

“porquê” o programa tinha resultado (ou não), inclinar - se - ia ou par um estudo de caso ou uma experiência de campo, (YIN, 2001, p. 16 – 17).

A partir disso, observa-se que o trabalho atende todos esses requisitos, tendo em vista que a ênfase é abranger a política pública em um determinado local específico e bem delimitado. Ainda segundo o Yin (2001, p. 18) o estudo do caso é utilizado para analisar os acontecimentos contemporâneos, mas quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados pelo investigador. O estudo do caso envolve as técnicas de análise da história, adicionando fontes, com observações de forma direta e entrevistas sistemáticas, a única força do estudo do caso é a sua capacidade para lidar com uma variedade completa de prova, entres eles os documentos e outros elementos que possam estar disponíveis.

Após isso, com as experiências completa o investigador pode manipular os dados através do estudo realizado em campo, onde a experiência social resultou para o processo da investigação. Para Gil (1999, p.42), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

A partir dessa discussão as especificidades do método dessa pesquisa baseasse em revisão bibliográfica considerando o apontamento de autores que já devolveram o estudo sobre o PRONAF nas práticas da agricultura familiar, levantamento preliminar de dados secundários sobre o programa do PRONAF e seus aspectos históricos como política agrícola nacional.

Para Gil (2017, p. 45) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica acontece pelo fato de permitir que o investigador amplie sua pesquisa que não foi possível acontecer de maneira direta. “Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço”. Uma vez que, o levantamento buscou compreender os alcances e modificações trazidas pelo programa analisado.

A metodologia utilizada foi a partir de ferramentas de tipo qualitativa, com direcionamento à pesquisa bibliográfica sobre o tema, análise de dados e aplicação de questionários e levando em consideração o perfil dos agricultores familiares, ressaltando que foram alvo do estudo tanto os agricultores familiares beneficiados pelo programa quanto os não beneficiados.

Para Gerhardt (2009, p. 32) “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. De modo geral, esse tipo de pesquisa que desenvolve um sentido exploratório com levantamento de informações e de conhecimento para poder aprofundar-se mais acerca da realidade estudada.

Segundo Yin (2001, p. 24) Um estudo de caso é um inquérito empírico que remete a um conjunto completo de outras características técnicas, incluindo a coleta de dados, tornam - se a segunda parte da nossa definição técnica que:

I - Colabora com a situação tecnicamente distintiva, na qual haverá muitas mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e como resultado;

II - Depende de múltiplas fontes de provas, com os dados a necessitarem convergir num modo triangular, e como outro resultado;

III - Beneficia de anteriores trabalhos desenvolvidos.

Dessa forma, a presente pesquisa também contou com a realização de entrevistas semiestruturadas seguindo um roteiro de questões, no qual foi possível anotar a opiniões e vivências dos entrevistados para complementar a pesquisa, autores importantes da bibliografia brasileira, fontes para levantamento de dados em alguns momentos e a observação direta de acontecimentos e fatos que contribuíram para uma maior compreensão acerca do estudo.

As primeiras entrevistas ao local de estudo em caráter de pesquisa exploratória foram realizadas no período entre os dias 10/10/2022 a 18/10/2022, inicialmente com o extensionista Rural da Empresa Paraibana, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER) questão encontrada no (APÊNDICE B), com o agente de microfinança rural do Agroamigo (Programa pertencente o BNB) operador do PRONAF (APÊNDICE C). Determinados roteiros procuraram obter informações sobre os agricultores familiares e atuação do PRONAF no município, além do papel exercido por cada rede institucional de funcionamento do programa, entre outras questões relevantes para os objetivos da pesquisa. Conforme Gil (2017) o método de pesquisa exploratória tem como objetivo:

[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2017, p. 41).

A Segunda parte da pesquisa em campo ocorreu no dia 20/10/2022. Foram realizadas 4 entrevistas semiestruturadas junto aos agricultores familiares que acessavam os recursos do PRONAF, utilizando como instrumento de coleta de informações o roteiro de questões (APÊNDICE A) contendo perguntas que pudesse construir o perfil do agricultor familiar, suas práticas agrícolas, a sua relação com o programa e o efeito do PRONAF sobre elas no município. Além disso, foi solicitado aos agricultores que falassem sobre os motivos que os levaram a acessar o PRONAF e pontos consideravam importante relatar sobre o assunto. Para

assim, poder analisar os avanços relatados pelos agricultores familiares após acessarem o programa.

Para poder realizar essa determinada pesquisa, foi necessário obter informações sobre essas famílias que integram a agricultura familiar no município e que operavam com os recursos do PRONAF. A solução encontrada foi procurar o secretário da agricultura do município de Píripituba/PB que indicou os nomes dos entrevistados que são pertencentes a Feira do Agricultor Familiar para poder dar início as entrevistas.

Além das entrevistas mencionadas, também foram utilizados dados provenientes de fontes secundárias, sobretudo, informações estatísticas (IBGE, INCRA, EMPAER, BCB, BNB) buscando complementar a análise do estudo com as características geográficas, localização, população, setor socioeconômico, áreas produtivas e fundiárias do território, que serão relatados posteriormente.

5. PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS NO MEIO RURAL

A categoria produtiva e social conhecida como agricultura familiar, fica reconhecida de modo nacional e a partir disso começa a ser criada e implantada políticas públicas a seu favor. Essas determinadas políticas públicas tornam se essenciais para o desenvolvimento rural econômico-social, como impulsionador de fortalecimento e inovação rural, como foi o caso da criação do PRONAF e demais programas de Políticas públicas implementadas pelo governo federal. Dessa forma, o PRONAF pode ser considerado como o instrumento primordial de financiamento de crédito destinado principalmente aos pequenos produtores rurais.

5.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar foi criada para dar início a uma nova categoria pelos movimentos sociais do setor rural e comandado pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), a expressão “agricultura familiar”, legitimou uma crescente noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas principalmente afetados economicamente. Vez que, com a abertura dos comércios, trariam futuras ameaças a

alguns pontos dos setores da agricultura, devido às diferenças de competitividade de seus produtos fornecidos.

De acordo com Coppetti (2008), à medida que o setor capitalista desenvolve no campo, transformaria as relações sociais e de produção, ou seja, acontecerá a separação entre capitalistas e trabalhadores, funcionando como a hegemonia dominante de grande exploração sobre a pequena produção, resultando disso o assalariamento no trabalho agrícola e um movimento de eliminação das unidades de produção familiar.

Segundo Schneider (2003), esse termo inicialmente ocorreu no início do ano de 1990, foi quase simultaneamente, uma expressão de emergência em duas esferas distintas. De um lado, na área política, que está relacionada aos embates que é os movimentos sociais, em especial o Sindicalismo Rural, campo esse ligado a Central Única dos Trabalhadores (CUT), tendo diversos debates a respeito do espaço e atuação dos pequenos produtores do setor rural, em especial na Região Sul do Brasil. Nessa mesma linha de argumentação, Coppetti (2008, p. 29), ressalta que "O termo agricultura familiar ganha expressão nacional a partir da década de 1990 e atualmente está presente no discurso dos movimentos sociais, dos órgãos governamentais, e de estudiosos da agricultura e do mundo rural".

De certa forma, esse segmento ficou somente reconhecido a partir dos anos 1990, como categoria produtiva e social, sendo criadas e implantadas políticas públicas a seu favor, com isso, buscou-se a incorporar-se cada vez mais a expressão, que vem ganhando projeção desde então. Os autores apontam a importância dos agricultores familiares desde os primeiros momentos da formação social, como o reconhecimento tardio por parte do governo, por razão da categoria formal apresentar um importante segmento econômico e político no Brasil. Como pode ser visto no texto a seguir:

Ao longo dos últimos 20 anos, o Brasil presenciou a emergência de uma nova categoria sociopolítica no meio rural. Como resultado de uma confluência única de fatores, a agricultura familiar nasceu das lutas por reconhecimento e direitos empreendidas por uma miríade de atores, especialmente pelos movimentos sindicais do campo (NIEDERLE, FIALHO E CONTERATO, 2014, p. 09).

Constituiu-se, portanto, uma nova categoria política que reuniu os conjuntos de pequenos agricultores, como pequenas propriedades rurais, assentamentos, arrendatários e agricultores ligados a agroindústrias. Através da Agricultura Familiar, essas determinadas categorias passaram a construir a partir disso uma nova identidade política e passou a orientar -se de forma distinta, sobre as lutas sociais, do movimento sindical.

A análise da agricultura familiar no Brasil é uma tarefa que requer um tratamento especial dos dados primários disponíveis, as tabelas estatísticas que são divulgadas não consideram essa categoria socioeconômica (FAO/INCRA, 2006).

Segundo dados empíricos, propiciados, sobretudo, pela base de informações do Censo Agropecuário 2017, existem no Brasil 5.073.324 estabelecimentos rurais, ocupando aproximadamente uma área de 351.289.816 hectares (ha), entre as utilizações de terras hectares as lavouras apresentam 18% cerca 63.517.85.00 dessas terras em hectares (ha). As lavouras estão divididas entre permanentes apresentando 12% do plantio e as temporárias com 88%, essas variações são pertencentes aos agricultores que se enquadram como agricultura familiar e não agricultura-familiar (Tabela 3).

Tabela 3: Utilização das terras, segundo a agricultura familiar e o PRONAF – 2017

Lavouras Categorias	Permanentes		Temporárias	
	Estabelecimentos	Área (h)	Estabelecimentos	Área (h)
Agricultura familiar	1.224.229	3.069.573,92	2.552.528	9 427 542,00
Agricultura não familiar	325.073	4.686.243,15	626.895	46.214.517,51
Pronaf B	810.310	1.387.647,96	1.808.452	3.312.043,30
Pronaf V	405.728	1.587 373,93	725.661	5.493.902,71
Não Pronafiano	333.264	4.780 795,18	645.310	46.836.113,51
Total	1.549.302	7.755.817,07	3.179.423	55.642.059,52

Fonte: IBGE, Censo agropecuário -2017. Elaboração própria.

É possível observar a questão agrária brasileira ainda é realidade permanente até os dias atuais, dando existência de muitos estabelecimentos concentradas em pequenas terras nas mãos de produtores individuais, arrendatários, assentamento agrário, enquanto por outro lado, observa-se outra realidade poucos estabelecimentos agropecuários e muitas terras nas mãos de grandes proprietários e coproprietários de terras intituladas. Concluimos que este modelo de grande exploração agrária entre esses responsáveis, prejudica os trabalhadores rurais com menores condições. Questão também comentada por França e Silva (2012):

Essa realidade não é uma coisa nova, tem suas origens arraigada na forma de ocupação e exploração do território nacional desde o período colonial até os dias atuais. Um processo que percorre toda a história do Brasil e que se mostra aos contemporâneos como um problema a ser resolvido tendo em vista a necessidade de milhares de pessoas em conseguir acesso à terra (FRANÇA E SILVA, 2012, p. 2).

Ainda de acordo com os autores, a questão agrária brasileira vem sendo reconstituída com o passar dos anos, para alguns essa reconstrução será favorável, pois trará uma nova realização de política da reforma agrária para tentar resolver os problemas da desigualdade no campo e amenizar os problemas oriundos de uma estrutura capitalista. Como mostra claramente em *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária* que o processo de concentração da terra no território brasileiro concretizou sob o modo capitalista de produção diferindo o processo de concentração do capital. Diferindo a razão pela qual a concentração da terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, particular, que é a terra (OLIVEIRA, 2007, p. 66).

Portanto, a concentração das terras brasileiras não é igual, apresentando a irracionalidade do método que retira capital no processo de produção, imobilizando-o sob a forma de propriedade capitalista da terra. Fazendo que a concentração da terra aumente o poder de remoção da fração da mais-valia social sem participar do processo produtivo, apenas por haver proprietários privados da terra.

Historicamente construiu-se no país uma valorização da agricultura monocultura e latifundiária, percebida como modelo ideal para o sucesso econômico da atividade agrícola. Não há de se esperar que os primeiros financiamentos voltados para o setor rural fossem destinados a outra classe que não os grandes latifundiários. Além de sua reconhecida importância econômica, esse grupo também alcançou importância política considerável no cenário nacional. (SARAMAGO, 2012, p. 22).

Na agricultura brasileira sabe-se que existe dois importantes segmentos de produção que impactam no Produto Interno Bruto (PIB): a Agricultura Não Familiar e a Agricultura Familiar. De acordo com os estudiosos a agricultura familiar recebeu várias definições, sendo caracterizada por uma nova tese “setor de subsistência” utiliza-se essa expressão para se tratar de uma nova ruralidade brasileira, formado por milhares de pequenos agricultores com pequenas produções e vivendo em pobreza rural, que teriam como origem histórica os remanescentes quilombos do regime colonial e do escravismo dos nativos da América Latina.

A partir das pesquisas de Guanziroli e Cardim (2000), com o Novo Retrato da Agricultura Familiar Redescoberto, que a sociedade percebeu o quanto o novo segmento é importante para o desenvolvimento do país (GUANZIROLI et al., 2011). Com isso, esse sistema de atividades vem sendo reconhecida de maneira social e política e nem tampouco deixou de ser eliminado com o surgimento da modernização industrial após a Segunda Guerra Mundial no século XIX (SCHNEIDER, 2003).

O termo foi implantado e vem obtendo autenticidade social e científica no Brasil, passou a ser utilizado com grande frequência nos movimentos sociais rurais, pelos órgãos

governamentais e também pelos estudiosos das Ciências Sociais que mantinham ligações com a agricultura e o setor rural. A agricultura familiar obteve um grande lugar de destaque no espaço rural, observando-se que é errôneo não imaginar que a agricultura familiar não foi modificada ao longo do tempo e seguiu implantando diversidades para o espaço rural.

No Brasil, os estudos realizados no âmbito do Projeto de Cooperação entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) entre os anos de 1994 e 2000, propunha diversos meios de política públicas destinada à agricultura familiar, que tiveram forte influência sobre a formulação do PRONAF. Foi publicado em 1994, um estudo realizado como: “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Produção Familiar” (FAO/INCRA, 1994), que utilizou os dados do Censo Agropecuário do ano 1985, identificando nesse estudo o número de agricultores familiares, sua localização e a caracterização geral e tinha por objetivo elaborar uma proposta que intensificasse a eficiência do processo de reforma agrária, a avaliação dos custos dos assentamentos e uma estratégia para a agricultura familiar no Brasil.

Já no ano de 1996, foi publicado o segundo estudo como: “Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: Dossiê Estatístico” (FAO/INCRA, 1996), que também utilizava os dados do Censo Agropecuário de 1985. As análises promovidas pelos estudos, levaram em conta um conceito específico de agricultura familiar: conceito em que a família deve realizar a gestão da unidade produtiva.

O novo estudo foi realizado em 2000, pelo convênio FAO/INCRA, que atualizou o perfil da agricultura familiar no Brasil, tomando como base o Censo Agropecuário de 1996. O resultado foi publicado pelo MDA e intitulava-se como: “Perfil da Agricultura Familiar Brasileira: o Brasil Redescoberto”, que permitiu a construção de uma nova base de dados municipais, junto de um conjunto de tabelas estatísticas básicas, agregadas por unidades da federação (UF) e grandes regiões do país. A discussão sobre a importância e o papel da Agricultura Familiar no desenvolvimento brasileiro ganhou força nos últimos anos, impulsionada pelo desenvolvimento local como gerador de renda e emprego (FAO/INCRA 2000).

Segundo Coppetti (2008, p. 41), “a análise do desempenho da agricultura familiar pelo estudo da FAO/INCRA (2000) em suas diferentes formas e características permitiu configurá-la segundo os distintos graus de desenvolvimento e níveis de capitalização e geração de renda”.

O estudo além de realizar a tipologia dos agricultores familiares, também mostrou a importância da agricultura familiar na produção de alimentos, demonstrando percentuais que integravam os produtos da agricultura familiar na cesta básica da população brasileira, visando

à segurança alimentar, sustentando assim a importância de promover a agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento rural, pois ela geraria alimentos e divisas para o país.

Apenas em 2006, a categoria social “agricultura familiar” foi finalmente reconhecida legalmente como segmento produtivo através da aprovação da Lei Federal nº 11.326, 24 de julho de 2006 no Art. 3, trazendo uma grande conquista para o universo familiar (BRASIL, 2006). Passando a ter garantido o direito às políticas públicas diferenciadas e permanentes, que deverão ser articuladas em um Plano Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Para os efeitos desta Lei, são destacadas como características primordiais para se enquadrar como agricultores familiares e empreendedor familiar rural; aos que atendem de forma simultânea, aos seguintes requisitos:

- a) Não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados segundo a legislação em vigor;
- b) Utilize predominante mão - de - obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- c) Tenha percentual mínimo, 50% da renda bruta familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Lei nº 12.512, 2011 - Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais);
- d) Dirija seu estabelecimento com sua família. Como agricultura familiar entende se, nesse contexto, os agricultores que enquadram nesses requisitos da Lei nº 11.326 não pertencem à reforma agrária.

São também beneficiários da Lei Agricultura Familiar, as determinadas categorias (desde que atendam os requisitos acima):

I - Os silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável desses ambientes;

II - Os pescadores artesanais que praticam a atividade pesca com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos e com meios de produção próprios;

III - Os aquicultores que dediquem o cultivo de organismos e explorem reservatórios hídricos não superior a dois hectares, ou ocupem até quinhentos metros cúbicos (500 m³) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede;

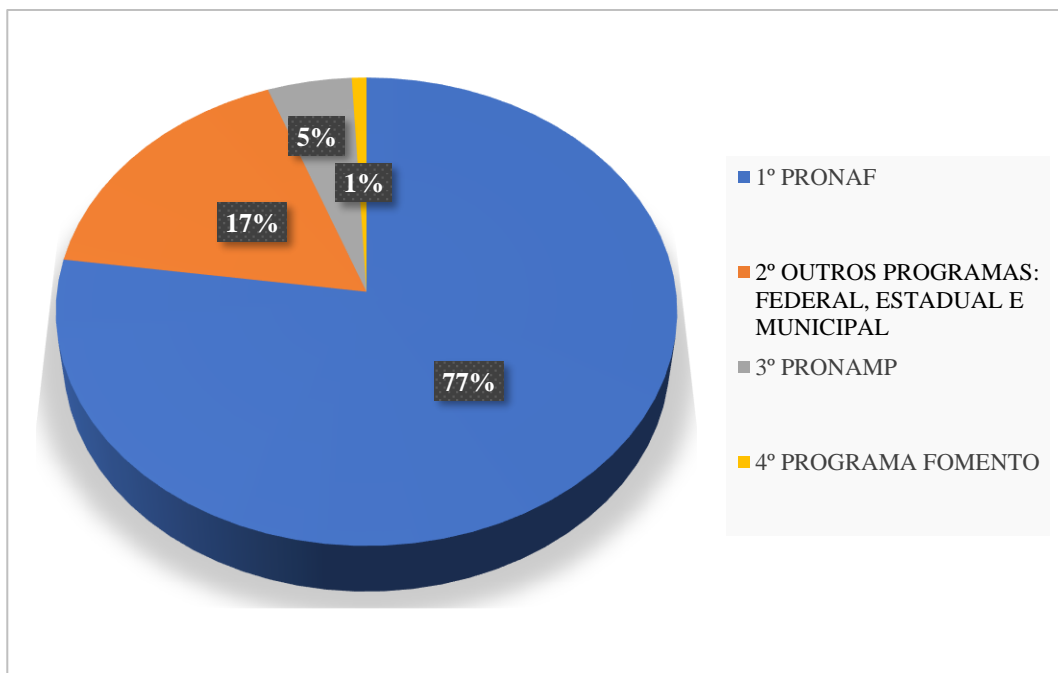
IV - Os extrativistas que exerçam as atividades artesanalmente no meio rural;

V - Membros integrantes de comunidades quilombolas rurais ou de povos indígenas ou membros dos demais povos e comunidades tradicionais.

No Brasil, os agricultores familiares, por vezes, ainda necessitam de informações e assistência técnica para terem acesso às políticas públicas do governo, as quais se tornam primordiais para o aumento e qualificação da produção agrícola. Outras limitações também são existentes e podem impedir a capacidade de produção sendo: pouca área de terra, ausência de recursos financeiros, Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER) indisponível, carência de regulamentação dos processos nas produções de alimentos, entre outras questões. Nesse sentido, foi elaborado os segmentos da agricultura familiar do Brasil: Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), (PEREIRA; NASCIMENTO 2014).

As políticas públicas de custeio agrícolas são essenciais para o desenvolvimento rural econômico-social, como impulsionador de fortalecimento e inovação rural. Segundo o IBGE no Censo Agropecuário 2017, cerca de 15% (784.538 estabelecimentos rurais) obtiveram acesso aos financiamentos de programas do governo para custeio, investimento, comercialização e manutenção. Dentre os levantamentos feitos em mais de 5 milhões de propriedades rurais, aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do país foram classificados como de agricultura familiar e foram financiados pelo PRONAF. O (gráfico 2) apresenta o maior destaque agrário com 77% (320.922 estabelecimentos rurais).

Gráfico 2: Programas de financiamento rural - Brasil



Fonte: IBGE, Censo agropecuário -2017. Elaboração própria.

Contudo, as intervenções do Estado para a melhoria da agricultura familiar, se tornam necessárias, como foi o caso da criação do PRONAF e demais programas de Políticas públicas implementadas pelo governo. Conforme Brose (1999, p. 58), “o desenvolvimento local, baseado na agricultura familiar, depende fundamentalmente da intervenção estatal regulando as assimetrias do mercado através de políticas públicas”. O PRONAF pode ser considerado como o instrumento primordial de financiamento dos produtores rurais, principalmente dos pequenos produtores. Trazendo um significativo avanço para o campo, e considerando as formas tradicionais agricultura brasileira (SOUSA, 2009, p. 22-23).

Sabendo que a agricultura familiar é um método essencial para o desenvolvimento econômico local, é importante deixar claro que tal categoria ganhou força em nível institucional e político, sua crescente visibilidade alcançada está relacionada principalmente a partir da formulação de políticas direcionadas ao mesmo, que será o objeto de análise a ser discutido com maior profundidade na próxima seção.

5.2 O PROGRAMA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Em 1994, surge o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), em virtude das consequências as reivindicações dos agricultores familiares no governo de Itamar Franco, que naquele período operava basicamente com os recursos do BNDES. Antes do surgimento do programa, os agricultores eram enquadrados como mini e pequenos agricultores e estavam integrados apenas as normas do Manual de Crédito Rural (MCR).

De um modo geral, pode se dizer que, até o início da década de 90, não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares, o qual era, inclusive, caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal brasileira (MATTEI, 2005, p. 13).

A PROVAP foi reformulada em 1995, quando Fernando Henrique Cardoso assume a presidência da República no Brasil. Sendo assim, o governo pretendia tornar a atividade agrícola competitiva no mercado exterior, em termos de preço e qualidade dos produtos fornecidos. Para isso acontecer os produtores rurais precisariam, “tornar-se empresários rurais eficientes, com informações e visão abrangente da cadeia produtiva e dos negócios, inseridos num mercado competitivo” (BRUM, 2003, p. 543). Foi instituído, então, a partir da reformulação, O Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio da Resolução CBN/ BACEN nº 2.191 de 24/08/1995 "destinado ao apoio financeiro às atividades

agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família" (BRASIL, 2015).

A partir desta modificação, o Programa de nova categoria social da agricultura familiar, passa a assumir importante destaque como ator social no segmento produtivo, finalmente seria viabilizada e teria acesso aos serviços oferecidos pelo Sistema Financeiro Nacional, que até então era ignorado pelo Estado. O PRONAF, segundo (COPPETTI, 2008, p. 55), “é um programa inovador por pensar a concessão de crédito como instrumento de desenvolvimento rural e, conseqüentemente, de melhoria das condições de produção e de renda do agricultor familiar”. Desde então, foi um dos programas de políticas públicas que trouxe um forte desenvolvimento na agricultura familiar no Brasil, contribuindo com a extensão de serviço no setor rural e gerando renda para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária com seus financiamentos de crédito coletivo e individual (GUANZIROLI, 2007).

Para Mattei (2005, p. 12) o PRONAF, surgiu em 1996 para atender as reivindicações dos trabalhadores rurais, que solicitavam a formulação e a implantação de políticas públicas de desenvolvimento rural, mesmo que naquele período esse setor fosse mais fragilizados em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários, já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas Jornadas Nacionais de Luta da primeira metade da década de 90 e que, a partir de 1995, passaram a ser denominadas de Grito da Terra Brasil”. Questão também comentada por Antunes (2013, p. 76), conforme (ASFAGRO, 2009):

Em 1994, depois das pressões do "I Grito da Terra Brasil", foi conquistado o PROVAP (Programa de Valorização do Pequeno Agricultor), embrião do PRONAF. Com essa conquista, abriu-se uma brecha na política pública do crédito rural oficial que "reconheceu" a Agricultura Familiar. Em 1995 com o "II Grito da Terra", conquistou - se o PRONAF, sendo implementado apenas o custeio; em 1996 com o "III Grito da Terra", conquistou-se a redução das taxas de juros para 6,5% a.a.

À implementação e execução das políticas públicas previstas pelo PRONAF, cuja institucionalização ocorreu por intermédio do DECRETO PRESIDENCIAL Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996, “Art. 1º - Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda “(BRASIL, 1996). Nesse sentido, considera-se importante entender em termos de formulação institucional, o que é o PRONAF? Como este se encontra estruturado? Quais os avanços e as principais ofertas

lançadas por esse programa? Quais os principais fatores apontados para adotar o acesso ao crédito no meio rural?

Vale ressaltar, que os sujeitos sociais rurais foram primordiais nesse processo e desempenharam um papel decisivo na implantação do PRONAF no território brasileiro. Através de suas reivindicações e movimentos de lutas para o melhor desenvolvimento agrário, buscaram direitos às políticas agrícolas para os agricultores familiares que até então eram excluídos em termos de acesso aos benefícios da política agrícola e viviam em escassez de crédito, que era um dos problemas mais enfrentados devido ao elevado custo de produtos para investimentos no trabalho familiar.

Foram também essenciais para mudar os rumos das políticas públicas na Agricultura Familiar os movimentos sindicais dos trabalhadores rurais, que reuniu os representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimentos dos pequenos agricultores (MPA) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passando a direcionar os trabalhadores rurais.

Por meio desta construção, a agricultura familiar adquiria um outro status de interesse na promoção do desenvolvimento econômico. Assim, passa a ser identificada como um modo de organização da produção agrícola adaptada às mudanças econômicas, resistindo e se articulando às diversas estruturas de mercados e aos processos de desenvolvimento (COPPETTI, 2008, p. 57)”.

Nesse contexto, o programa do Governo Federal instituído por Fernando Henrique Cardoso em 1996, tem a finalidade de proporcionar ao segmento rural constituído por agricultores familiares o aumento da capacidade produtiva, prestar suporte adequado, gerar emprego e a aumento da renda garantindo melhores condições econômicas para os agricultores permanecerem no campo e diminuição do movimento de êxodo rural no Brasil. Nesse mesmo ponto de argumentação, Magalhães e Abramovay (2006), ressalta que “o acesso ao crédito é um dos componentes do próprio processo de desenvolvimento no meio rural, pois, em princípio, tem a função de ampliar as oportunidades de as famílias fazerem escolhas produtivas e, por aí, melhorar sua inserção social [...]”. Fazendo assim, que a permanência no campo amplie a oferta de trabalho no meio rural e o abastecimento de alimentos no mercado interno local.

Esta categoria proprietária vem incorporando novos perfis de beneficiários, razão que, a importante política pública, operava junto com os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e mantinham apenas uma relação com ações de custeio. Por volta de 1997, surge uma nova modalidade de crédito para financiamento da produção, novas implantações como investimentos, infraestrutura, serviços municipais, capacitação e pesquisa, fazendo que, o programa ganhe expansão territorial, financiando

projetos coletivos e individuais, fortalecendo ao pequeno e médio produtor rural, contribuição na geração de renda e assentados da reforma agrária.

A partir de 1999, ocorreu uma série de mudanças institucionais no PRONAF, deixando de fazer parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que no período era vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), e foi incorporado ao MDA, passando a vincular-se à SAF.

A partir dos anos 2000, os temas e pesquisadores também proliferaram em ritmo exponencial. Em vista do período transcorrido desde a criação do Pronaf, a avaliação e a análise das políticas para a agricultura familiar ganharam maior evidência, ainda mais após a instituição do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (Decreto nº 3.338/2000), que definiu um órgão específico para tratar deste segmento (NIEDERLE, FIALHO E CONTERATO, 2014, p. 16).

Entre as safras de 1999 e 2002, o PRONAF dividia o segmento dos agricultores familiares beneficiários do programa em quatro grupos distintos: assentados pelo processo de reforma agrária (Grupo A); agricultores com baixa produção e pouco potencial de aumento produtivo (Grupo B); agricultores com capacidade no limite de investimento e bom potencial de resposta produtiva (Grupo C); e agricultores estabilizados economicamente (Grupo D). No ano seguinte em 2003, com as mudanças do Governo Federal, foram criados dois novos grupos de categorias, sendo acrescentadas as já existentes: agricultores vindos do processo de reforma agrária e que passaram a receber os primeiros créditos (Grupo A/C); e os agricultores familiares com os melhores índices de renda bruta familiar anual (Grupo E), (COPPETTI, 2008).

Nos primeiros anos do século XX, ocorreram movimentos de consolidação do programa em duas direções: o volume de recursos disponibilizados anualmente cresceu de forma consistente, principalmente a partir da safra agrícola de 2002/2003 e os números de agricultores beneficiados por PRONAF, atingiu patamares nunca vistos anteriormente (MATTEI, 2005).

Segundo o Manual Operacional do PRONAF (1996), atualmente, apresenta quatro grandes linhas de atuação, a saber:

- a) Financiamento da produção: crédito de custeio e investimento destina-se anualmente às atividades produtivas rurais;
- b) Financiamento de infraestrutura e serviços municipais: apoio econômico aos municípios de todas as regiões do território brasileiro para a realização de obras de infraestrutura nas unidades agrícolas familiares;
- c) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: oferta de cursos e treinamentos aos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;

d) Financiamento da pesquisa e extensão rural: destina-se a partir de recursos financeiros visando a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares utilizar e aprimorar constantemente as produtividades.

Tendo em vista os objetivos do trabalho, focaliza-se apenas na descrição do programa linha de financiamento da produção, o PRONAF-Crédito, trata-se de uma modalidade de financiamento para custeio e investimentos das atividades produtivas rurais desenvolvidas no campo pelos agricultores familiares. Uma parcela do suporte de financiamento pelo PRONAF vem com taxas de juros mais baixas que os demais financiamentos bancários, as taxas apresentam ser compatíveis com a necessidade do produtor rural e atualmente encontra-se presente praticamente em todos os municípios.

Segundo Guanzirolli (2007), após 10 anos de sua execução não havia nenhuma dúvida que o programa se estende de forma considerável por todo o território nacional, ampliando uma nova forma de financiamento, atendendo diversas categorias e reforçando a infraestrutura dos próprios agricultores. Visto que, o PRONAF assume uma importante ligação direta com a Segurança Alimentar do país, estados e municípios, como também, busca que o homem do campo encontre em seu espaço de vivência o seu método de sobrevivência e de sua família.

Conforme o MDA (2015) o PRONAF, presta um serviço econômico para aumentar a produtividade na lavoura, obtenção de melhores ganhos lucrativos contribuindo para a redução da pobreza no meio rural, como também, ajudar com a oferta de produtos de boa qualidade para consumo próprio e da população. Para participar do programa os produtores precisam apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento caracterizado como instrumento de identificação, como também, pode ser utilizado para qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, para ter acesso a DAP precisa das seguintes condições estabelecidas:

- a) A atividade agrária deve ser desenvolvida em ambiente rural ou residir em local próximo;
- b) Possuam área do estabelecimento ao máximo com quatro módulos fiscais;
- c) A base de exploração do estabelecimento deve ser estritamente familiar;
- d) Tenham renda bruta mensal conforme o grupo de beneficiários do PRONAF, de acordo com a tabela de classificação do Programa;
- e) A Unidades Familiar de Produção Agrária (UFPA) deve utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;

- f) A renda bruta anual das unidades familiares durante não deve ultrapassar R\$ 3600.000,00 (mil).

De acordo com Fernandes (2012, p. 35) a classificação dos agricultores realizada pelo PRONAF tem o objetivo de definir diferentes modalidades de acesso ao crédito, e não tem como pretensão ser um indicador da classificação dos agricultores familiares, já que os mesmos já eram classificados pelas normas do Manual de Crédito Rural, como mini e pequenos produtores rurais.

A DAP funciona como porta de entrada para agricultores familiares terem acesso às políticas públicas que estabelecem incentivar as produções agrícolas como gerador de renda. “Como uma identidade, o documento tem dados pessoais dos donos da terra, dados territoriais e produtivos do imóvel rural e da renda familiar” (GOV, 2019). Contudo, nem sempre os programas de financiamento agrário conseguem alcançar a realidade das famílias, motivos como: agricultores não obterem direitos de crédito no sistema bancário, falta de conhecimento das técnicas atuais e inexperiência de manuseio com instrumentos tecnológicos.

Além do valor médio dos contratos subir consideravelmente, a partir de 2003, fazendo assim, que o programa de crédito se expandir para todas as regiões do Brasil. O Programa ainda proporcionou aos agricultores familiares, disponibilidade de crédito rural para todos os municípios brasileiros e seus produtores.

No Plano Safra 2008/2009, foram realizadas novas alterações, os grupos C, D e E acabam se tornando um grupo único e foram agrupados em uma categoria, agora denominado de Grupo Agricultura Familiar. Algumas modalidades como os grupos A e B, continuam existindo, e permaneceram com linhas especiais de crédito do PRONAF, como (Agroindústria, Mulher, Jovem, Floresta, Semiárido, Agroecologia e Sustentabilidade Ambiental). Ainda no Plano Safra 2008/2009, foi criada a linha de crédito Mais Alimentos, destinando até R\$ 100.000,00 aos agricultores que nessa safra se voltavam para as produções agrícolas de milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas e leite, garantindo a segurança alimentar do país, (MDA/SAF, 2008).

O PRONAF Mais Alimentos, segue duas formas de crédito a “individual” formalizado com um produtor, para uso próprio com limite de R\$ 400.000,00 por mutuário a cada ano agrícola, quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura e fruticultura; R\$ 60.000,00 para construção ou reforma de moradias rurais de propriedade do beneficiário final, vez que, seu CPF esteja inserido na DAP da unidade familiar; e R\$ 200.000,00 para as demais empreendimentos e finalidades. A linha de crédito “coletivo”

formalizado com grupo de produtores, finalidade coletiva e uso exclusivamente para financiamentos de reforma, ampliação de trabalho, instalações permanentes, compra de equipamentos, entre outras finalidades, com limite de crédito de R\$ 20.000,00 exclusivamente para o financiamento de construção, reforma, instalações permanentes, compra de máquinas, equipamento de irrigação, implementações agropecuárias e estruturas para armazenamento, de uso comum.

O financiamento de produção, segundo o BNDES, apresenta-se uma taxa de juros prefixada de 5% a.a. até 6% a.a. de acordo com a aquisição do empreendimento e finalidade, estão excluídos desta classificação pessoas beneficiadoras de Programas Sociais do Governo e proventos da Previdência Social Rural.

Após as alterações no Plano Safra 2008/2009, o governo buscou saber qual o público alvo do Programa, mais especificamente, para a cada modalidade de crédito, já que o cenário da agricultura brasileira era heterogêneo em termos de regiões e extensão territorial. A saída seria oferecer mais de uma modalidade e expandir a área de atuação do Programa do ponto de vista do perfil do agricultor, para que, contemplasse a todos. As modalidades de crédito eram liberadas de forma direta entre o Banco e o agricultor, promovendo aos agricultores uma maior renda média bruta anual, ou seja, trazer melhores condições econômicas e maior nível de integração ao mercado (FERNANDES, 2013).

Os recursos utilizados nos financiamentos do PRONAF são provenientes de diferentes fontes, dentre elas estão: Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT -DE e FAT-BNDES), Exigibilidades Bancárias (MCR 6-2), Fundos Constitucionais (FNE, FCO e FNO), Poupança Rural, Orçamento Geral da União (OGU), Recursos Próprios Equalizáveis (RPE), e Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). (BIANCHINI, 2015). Os Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT-DE), são alocados em bancos públicos federais, quando há existência de recursos, e entre esses recursos está o valor ao PRONAF, que será destinado em Depósitos, denominados de Depósitos Especiais no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste Brasileiro (BNB) e Banco da Amazônia (BASA).

O BNDES, que opera junto ao PRONAF desde o seu nascimento, disponibilizava, até o ano de 2007, apenas financiamentos na modalidade de investimento. Em 2011, passou a operar também na modalidade crédito de custeio. De acordo como BNDES (2022), o PRONAF mantém taxas de juros prefixada de até 6% a.a. e possui 9 subprogramas (Tabela 4):

Tabela 4: Modalidades de financiamento por subprograma tipo PRONAF

Grupos	Características do Financiamento
PRONAF Custeio	Financiamento a itens de custeio relacionados à atividade agrícola ou pecuária desenvolvidas.
PRONAF Agroindústria	Financiamento destinado aos agricultores e produtores rurais que fazem parte da agricultura familiar, também se enquadram neste financiamento pessoas físicas, jurídicas e cooperativas para investimentos em benefícios em armazenamentos, processamentos, comercializações agrícolas, extrativistas, artesanais e produtores florestais.
PRONAF Mulher	Financiamento ligado a mulher do campo que é integrante da unidade familiar de produção que se enquadram no PRONAF.
PRONAF Jovem	Financiamento destinado aos agricultores, produtores rurais familiares e pessoas físicas que buscam financiamento para investimentos nas atividades de produção, onde tais beneficiários devem ter a faixa etária entre 16 a 29 anos.
PRONAF Agroecologia	Financiamento destinado aos agricultores, produtores rurais familiares e pessoas físicas, que buscam investir em sistemas de produção agroecológicas ou orgânicas.
PRONAF Bioeconomia	Financiamento destinado aos agricultores, produtores rurais e pessoas físicas que buscam a recuperação ou melhoria da capacidade produtiva, utilizando o financiamento para investimento na utilização de tecnologias de energias renováveis, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, silvicultura, fertilidade do solo, entre outras coisas.
PRONAF Mais Alimentos	A linha de crédito, funciona como financiamento destinado aos agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que buscam investir em sua estrutura de produção e serviços, visando ao aumento de produtividade e elevação da renda familiar.
Pronaf Microcrédito (Grupo "B")	Financiamento destinado aos agricultores, produtores rurais familiares e pessoas físicas, que tenham adquirido nos últimos 12 meses de sua produção normal, em média R\$ 20 mil e que previamente antecederam a solicitação do DAP.
PRONAF Cotas - Partes	Financiamento destinado para integralização de Cotas – Partes por beneficiários associados a cooperativas de produção rural.

Fonte: Dados do BNDES/PRONAF (2022). Organização e Elaboração própria.

Esses recursos devem ser obrigatoriamente destinados para financiamentos do PRONAF, ressaltando que esses depósitos do FAT-DE destinados para o programa tem sido equalizado pelo Tesouro Nacional. Os recursos dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) são repassados aos bancos operadores, que utilizam em financiamentos ao setor produtivo da região às quais pertencem. Com base nas diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), esses bancos operadores regionais elaboram as programações anuais de financiamento, estabelecendo o montante de recursos a ser destinado ao PRONAF (BIANCHINI, 2015).

Apesar da evolução do PRONAF nas diferentes regiões do Brasil, o volume de contratos está concentrado nas regiões mais dinâmicas do país, em especial na Região Nordeste, Sul e Sudeste. A (tabela 5), apresenta a distribuição espacial em números de contratos para custeio e investimentos concedidos de 13.866.507 entre 2013 a 2021 por região (Tabela 5).

Tabela 5: Quantidade de contratos por região para custeio e investimento do Crédito PRONAF. Período de janeiro/2013 a dezembro/2021

Regiões	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Centro- Oeste	Total
2013	621.176	290.492	923.874	97.760	55.180	1.988.482
2014	554.654	292.283	806.766	102.010	62.539	1.818.252
2015	475.134	246.759	848.776	54.083	72.904	1.697.656
2016	375.409	149.500	520.332	33.672	34.564	1.113.477
2017	420.293	211.156	821.858	42.229	49.052	1.544.588
2018	398.986	198.331	784.471	42.751	47.034	1.471.573
2019	385.026	170.437	719.419	38.683	42.982	1.356.547
2020	396.916	178.389	771.126	46.180	41.275	1.433.886
2021	407.924	183.107	752.053	55.801	43.161	1.422.046

Fonte: Banco Central do Brasil - 2022. Elaboração própria.

Em primeiro lugar, nota-se em todos os anos uma forte concentração de contratos na Região Nordeste, a agricultura familiar detém a maioria de contratos com (50% do total) em relação às demais regiões que tiveram o seguinte desempenho, Sul (29% do total), Sudeste (14% do total), Norte (4% do total) e Centro-Oeste (3% do total).

Aliás, é através do investimento em suas propriedades que os agricultores familiares podem apresentar melhores condições de trabalho, a fim de aumentar o rendimento da produção, permitindo o uso mais adequado da força de trabalho da família, em decorrência, elevar a renda familiar. Neste meio tempo, como a maioria dos agricultores familiares não possui reservas de valor para custear essas melhorias, surgiu a fundamental importância de que os agricultores possam acessar os recursos do PRONAF para realizarem tais investimentos. Pois, o programa oferece condições especiais aos agricultores (juros menores e rebates por inadimplência), sem as quais seria impraticável acessarem um financiamento com as taxas de juros operadas no mercado. (COPPETTI,2008).

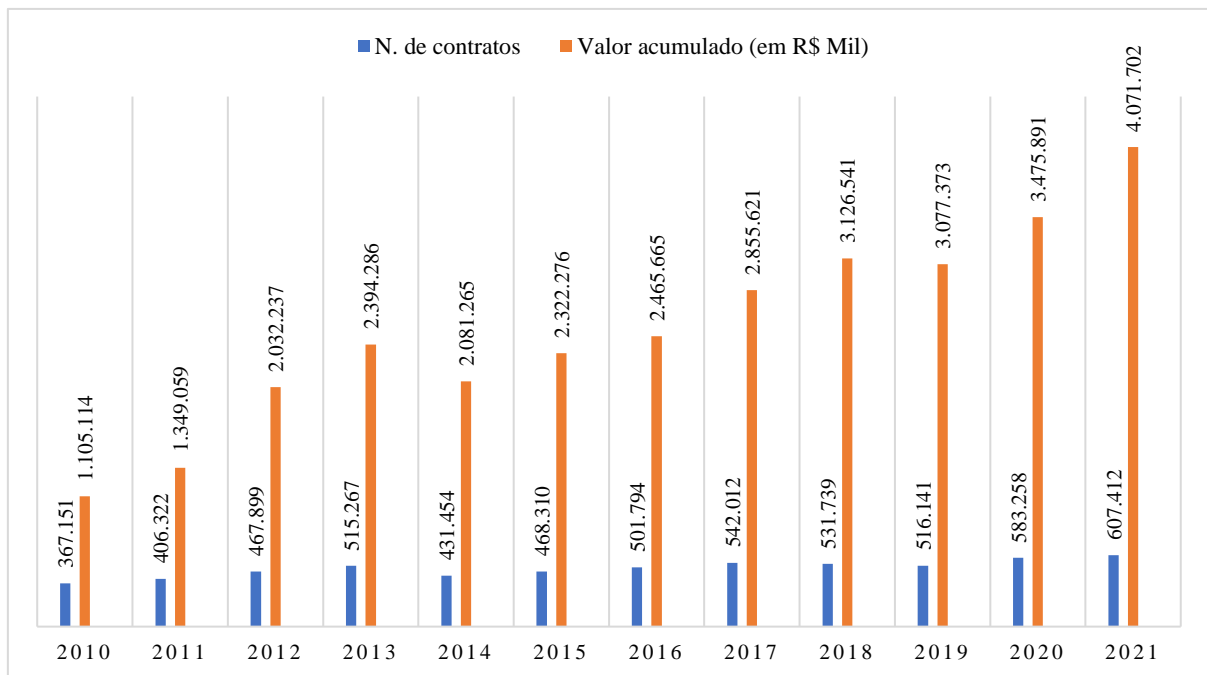
(...) Para que os mecanismos de financiamento do PRONAF ganhassem efetividade, coube ao Estado desempenhar um papel crucial na equalização das taxas de juros, das despesas administrativas e, muitas vezes, avaliar as operações para cobrir o risco do sistema bancário. Mesmo assim, depois de mais oito anos de existência, os operadores do PRONAF restringem-se basicamente ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste, duas instituições públicas (SCHNEIDER, 2004, p. 04).

O BNB, utiliza basicamente recursos públicos de crédito - FAT captados junto ao BNDES, para o investimento dos Grupos C, D e E; já os recursos OGU são empregados em operações dos Grupos A, B e parte do A/C; e FNE para o investimento nos Grupos A C, D e E.

Na Região Nordeste, a linha de investimento do Microcrédito PRONAF “B” em 2015, tinha aplicado 15% do volume de recursos e realizado 49% do número de contratos, atuando como principal agente de apoio para as finanças do setor econômico da agricultura familiar. Ao tornar vínculo com este segmento, os beneficiários têm a responsabilidade de atuar com o uso de recursos naturais e utilização de tecnologias adequadas, fazendo assim, que incentive o sistema de produção de base ecológica, recuperando a valorização dos pequenos agricultores, que atuam com atividades do campo, trazendo um tratamento prioritário e de forma diferente (BNB, 2022).

O BNB definiu como seu modelo de negócio o público-alvo de menor renda, esses agricultores familiares detentores de DAP, emitida por entidades credenciadas pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), contam com o apoio financeiro do BNB para implantação, ampliação ou manutenção dos seus empreendimentos rurais. Observa-se no gráfico abaixo os resultados do PRONAF pelo BNB na região Nordeste em relação aos números de operações de contratos acumulados 8.917.117 com valor médio contratado de 36.715.654. Conforme as estatísticas de contratações por FNE, a Linha de Crédito PRONAF “B” (microcrédito) atua como 62% desse total, e a Linha de Crédito Mais Alimentos com 10% do total de contratos até dezembro de 2021 (Gráfico 3).

Gráfico 3: Números de contratos e valores acumulados por ano pelo BNB na região Nordeste (2010-2021)



Fonte: BNB - 2021. Elaboração própria.

Segundo o BNB (2022) o Programa Microcrédito “B” é a linha do PRONAF mais atuante na região Nordeste, funciona como financiamento de investimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços, com finalidades:

I - Financiamento de investimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, para implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços ou outras atividades que sejam compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural, podendo os créditos cobrir qualquer demanda que possa gerando renda a família atendida;

II - Financiamento de custeio para as atividades descritas no inciso I, exceto para as atividades agrícolas.

Dessa forma, o PRONAF “B” se caracteriza com uma alta concentração de contratos em atividades agropecuárias, voltados para produção e geração de renda dos agricultores familiares de baixa renda do meio rural. Devido a essas características e para melhorar desempenho das atividades do Programa na região Nordeste, o BNB elaborou um projeto em parceria com o Programa de Microfinança Rural Agroamigo, esses produtores atendidos pelo programa devem se enquadrar nos mesmos requisitos exigidos pelo PRONAF “B”

Segundo Santos (2008, p. 37) de acordo com o Brasil (2007) o Agroamigo apresenta uma metodologia de aplicação do microcrédito rural PRONAF “B” que passa a chegar até os agricultores familiares por meio de seus agentes de crédito, que visitam os estabelecimentos agropecuários, discutindo os benefícios e suas propostas de financiamento, ajudando-os a planejar os pagamentos e esclarecendo as dúvidas referentes ao crédito.

5.3 ATUAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA E DO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA NO CONTEXTO AGRICULTURA (AGRICULTURA FAMILIAR)

Segundo Moreira e Targino (1997), o espaço agrário da Paraíba formou-se desde o início da colonização com a chegada dos portugueses, constituindo-se pelo espaço regional através do trabalho de mão-de-obra por indígenas e africanos, fazendo assim, que o espaço agrícola se constitua historicamente a sua estrutura, mesmo que organizada a partir de interesses do capital mercantil metropolitano, tendo como suporte a concessão das sesmarias para exploração da cana-de-açúcar no litoral paraibano. Moreira e Targino (1997), ainda contextualiza que:

Os índios foram substituídos por negros trazidos da África, na condição de escravos. Estes eram adquiridos no mercado e transformados em cativos de um senhor. Os negros efetuavam tanto o trabalho agrícola (plantação e colheita da cana e dos produtos de subsistência), como participavam da atividade fabril ligada à produção do açúcar (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 36).

Segundo França e Silva (2001) embora a microrregião do Brejo paraibano não tenha sido alvo de grande modernização agrícola, ao contrário de outras regiões do Brasil, mas foi marcada local de grande número de conflitos por terra, sobretudo contra a exploração da mão de obra e a expropriação familiar, fatores esses que transformaram o espaço paraibano em assentamentos rurais frutos das lutas camponesas articuladas com os diferentes agentes sociais.

De maneira mais recente o do campo foi se constituindo pelas normas de valorização do capital industrial e financeiro, esse processo de modernização da agricultura na Paraíba acontece em 1970, trazendo consigo diversas alterações na dinâmica da organização da produção agrícola, promovendo a substituição tanto da cultura alimentar e de matérias primas destinadas ao abastecimento do mercado interno, essa expansão espacial, ocorreu essencialmente em função do crescimento de lavouras temporárias que ocupavam cerca de 515.897 (ha) de terras.

Para efetivação da expansão das atividades agrícolas, foi contado com o crédito subsidiado com juros baixos e tempo de carência de três anos. Os principais agentes de crédito e financiamento foram o BNB, BB e Banco do Estado da Paraíba (PARAIBAN) que deixou de existir em 2001. Esses fatores atuantes como políticas públicas de estímulos fornecidos pelo poder público, para que a demanda de produção se torne maior e expandisse mais ainda para os centros urbanos.

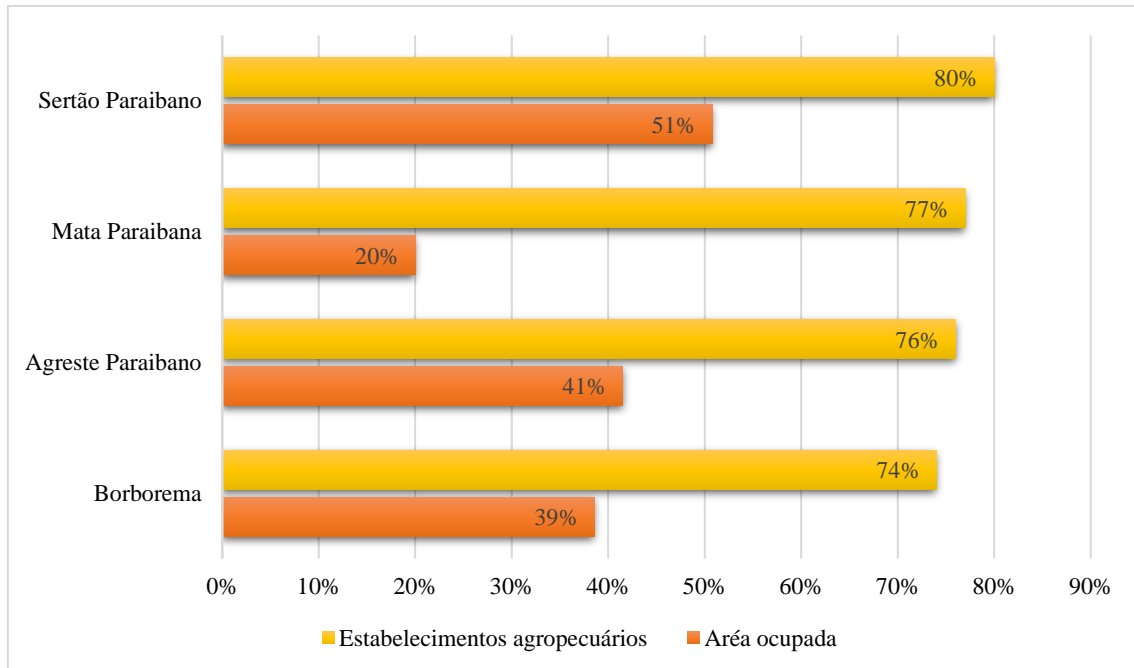
A inovação agropecuária sempre se manteve ativa e resistente no Agreste paraibano, por apresentar características de zona típica, marcada por uma sequência de ciclos produtivos associadas aos sistemas de pecuária, cultivos comerciais (fumo, mamona, algodão e sisal), cultivos mistos (mandioca, milho, feijão e fava), (SAUBORIN, 2001).

O estado da Paraíba, apresenta um forte investimento na agricultura, e de certo modo com a agricultura familiar. Como base, sua atuação visa garantir aos agricultores e produtores rurais, uma forma de inclusão social e produtiva para as famílias que permanecem no setor rural. Contando com parcerias que auxiliam como forma de apoio, a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER-PB), uma Empresa Integrante de Gestão Unificada (GU), tem como vínculo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (SEDAP), tais benefícios ampliam a execução de atividades agrícolas como pecuária, agricultura, pesca artesanal, entre outros.

A Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SAF/MAPA), trabalham em consonância, com o apoio financeiro, ampliando esses investimentos rurais. Com isso, esse atendimento através da contratação PRONAF é possível o produtor rural realizar o seu financiamento próprio, utilizando uma das formas de contratação pelo segmento Microfinança Rural Agroamigo e Agricultura Familiar, tem como finalidade buscar a melhoria do perfil social e econômico dos seus beneficiários, que atuem de forma não- agropecuária, mas que se enquadrem como produtores familiares.

Com este assessoramento da EMPAER-PB, esses beneficiários solicitam o credenciamento do PRONAF através da DAP, para ter acesso aos recursos disponibilizados por esse programa de financiamento para custeio e investimento como implantação de equipamentos para aumento de produção. No Censo Agropecuário de 2017, foram visitados 163.218 estabelecimentos rurais na Paraíba, sendo que desses 125.489 foram classificados como agricultura familiar, correspondendo a 76,9% desse total, ocupando 42,1% da área total explorada pela atividade agropecuária e com uma produção agropecuária de 47,8%, indicando que o estado da Paraíba segue com índice significativo no setor agropecuário apresentando um bom desempenho rural (IBGE, 2017), (Gráfico 4).

Gráfico 4: Percentual de área ocupada e estabelecimentos agropecuários por agricultores familiares em relação ao total de estabelecimentos de cada mesorregião do estado da Paraíba



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário - 2017. Elaboração própria.

De acordo com o (gráfico 4) através dos dados do Censo Agropecuário de 2017, Paraíba é o sexto estado da região Nordeste com o maior número de estabelecimentos por agricultores familiares e o 11º do país brasileiro. Quanto em relação às mesorregiões do estado da Paraíba, em todas há um maior percentual de estabelecimentos considerados como sendo de agricultores familiares. Além disso, os estabelecimentos da agricultura familiar estão concentrados principalmente nas mesorregiões da Mata Paraibana (76,53%) e Sertão Paraibano (80,19%).

A partir disso, podemos entender a dimensão de poder distribuídas no espaço agrário e seus diferentes processos de apropriação e expropriação, especialmente em regiões onde as atividades de monocultura, ligadas à lógica da expansão do capitalismo, que sempre obtiveram grande expressividade no território de forma multidimensional (social, política, econômica, cultural e simbólica), (FRANÇA, 2020, p. 24). Questão também comentada por Oliveira (1999, p. 75) “Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital”.

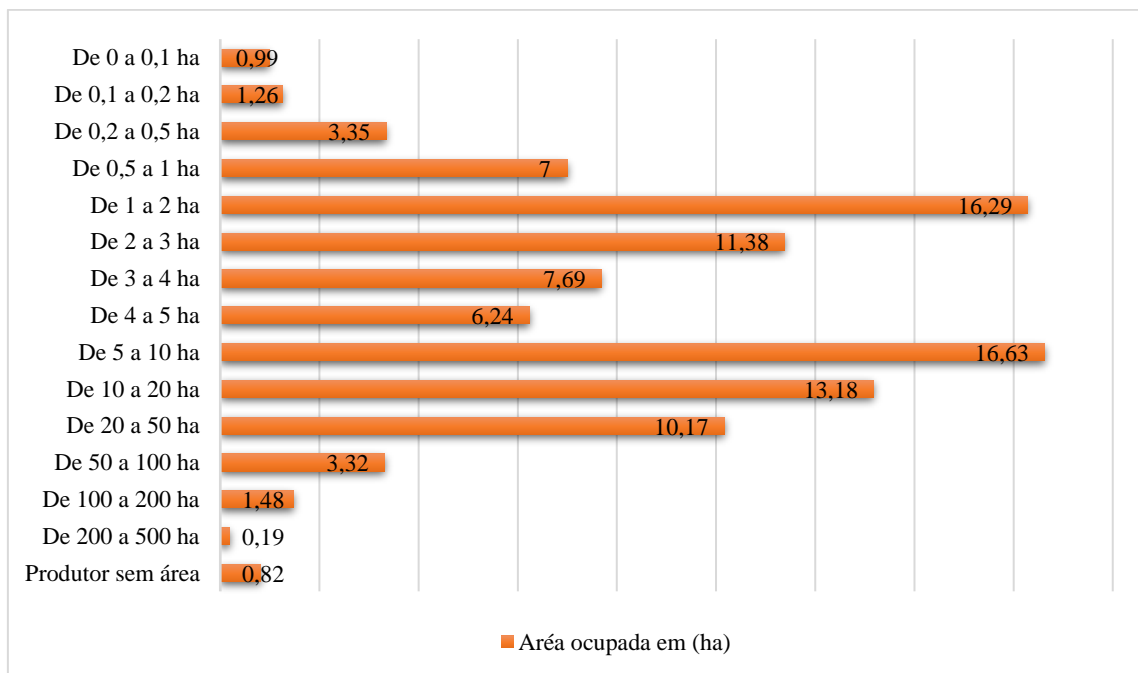
A ideia trazida pelos dois autores, permite entender o processo das transformações territoriais na região paraibana, que é composta por desenvolvimento desigual e do capitalismo

no campo e seus processos de produção, que desde o princípio desencadeou uma luta pela classe trabalhadora por terras. De acordo com Motta e Zarth (2008, p. 18 apud FRANÇA, 2020):

É preciso reconhecer que a construção de determinada visão sobre o passado rural implica não somente lembrar como também esquecer. Em um país como o Brasil, que ostenta o título de reter uma das maiores concentrações fundiárias do mundo, talvez não tenha sido gratuito o projeto de fazer esquecer os embates sobre o direito à terra e concepções de justiça que questionaram e questionam – individualmente ou em ações coletivas – o poder presumivelmente incontestado dos grandes proprietários. Além de se configurar enquanto uma região que vivenciou diferentes domínios econômicos, que sempre conviveram com culturas alimentares, a região representou um complexo de lutas sociais e a luta pela terra enquanto a mais proeminentes, (FRANÇA 2020, p. 81).

Segundo Santos (2021, p. 16) outro ponto que se destaque é a presença de um percentual de estabelecimentos de agricultores familiares, mesmo que pequena em grupos de áreas maiores, uma vez que, para esses tipos de estabelecimentos, não há limite de tamanho e uma possível explicação para isso, está relacionada à presença de estabelecimentos que possuem como atividade econômica principal a extração vegetal, cujo a forma de extração não é realizado de maneira mecanizada. No estado da Paraíba, há uma concentração de estabelecimentos de agricultores familiares com área entre 5 a 10 (ha), correspondendo a 16,6%. Além disso, 16,2% possuem entre 1 e 2 (ha). Há também um percentual expressivo (13,1%) de estabelecimentos com área entre 10 e 20 (ha), (Gráfico 5).

Gráfico 5: Percentual de estabelecimentos de agricultores familiares da Paraíba por grupos de áreas em (ha)

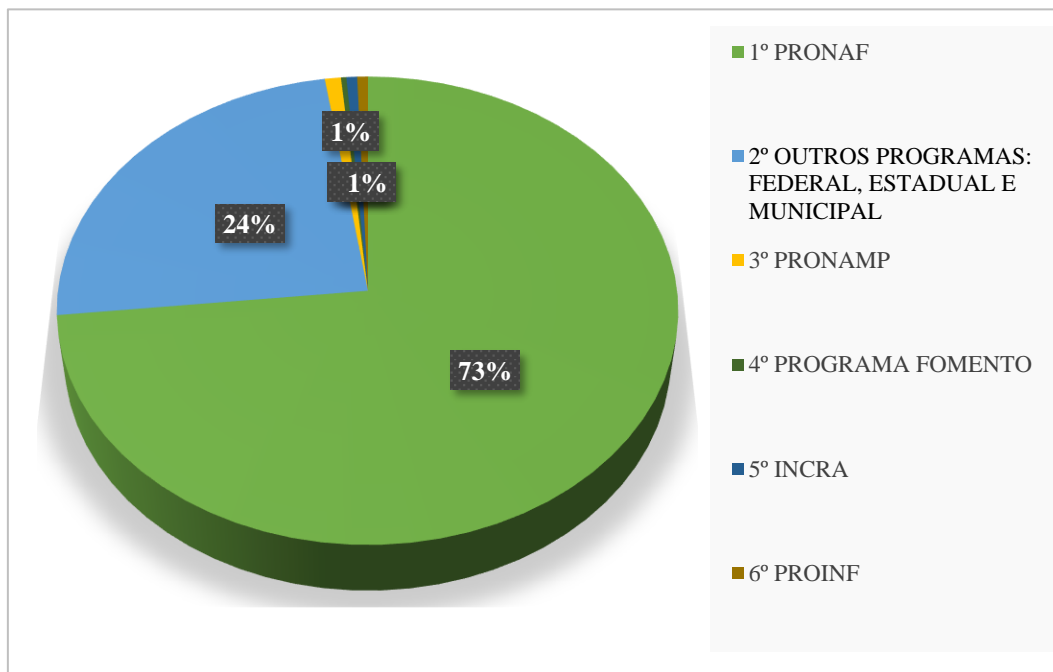


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário - 2017. Elaboração própria.

Em termos comparativos, podemos observar que a agricultura familiar gera mais ocupações na Paraíba em hectares menores do que agricultura não-familiar, utilizando de forma mais eficiente os recursos da terra, possivelmente irradiando o desenvolvimento local. Conforme Santos (2021) os agricultores familiares que tem oportunidade de ter acesso a financiamento entende-se que o mesmo terá uma forma de desenvolver com maior dinamismo do seu setor agropecuário.

No estado da Paraíba à existência de um percentual significativo de agricultores familiares sem um sistema de financiamento eficiente, tanto em termos de quantidade de recursos monetários quanto na qualidade técnica dos projetos, reflete o quanto as políticas públicas precisam progredir para se aproximarem de uma universalização no acesso. Segundo as informações coletadas a exemplo de financiamento no estado da Paraíba 16,9% recebem financiamento, enquanto 83,1% não recebem financiamento. Dentre os 21.151 estabelecimentos de agricultores familiares compostos na Paraíba, apenas 9.899 estabelecimentos receberam financiamento. O (Gráfico 6) detalha o percentual desses programas governamentais de crédito.

Gráfico 6: Programas de financiamento rural - Paraíba



Fonte: IBGE, Censo agropecuário - 2017. Elaboração própria.

Dentre os estabelecimentos agropecuários que buscam o crédito de financiamento 76,5% são destinados com a finalidade de investir e 20,8% para custear, os principais agentes

financeiros localizados na Paraíba para que a concessão de crédito seja aprovada são os bancos BB e BNB com 93,82% desse percentual. A partir da verificação da DAP, são estabelecidos os critérios de classificação dos estabelecimentos de agricultura familiar por tipo de PRONAF, cujo produtor responsável. Segundo os dados do Censo Agropecuário (2017) 46% dos agricultores familiares possuem DAP ativo, 48% possuem a DAP inativa e 6% não conhecem a DAP.

Para os agricultores familiares da região Nordeste terem acesso ao PRONAF, contam com o Programa Agroamigo, segundo BNB (2022) o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste busca melhorar o perfil social e econômico das famílias do campo. Por meio de seus agentes de microcrédito, atende, de forma pioneira no Brasil, a milhares de agricultores familiares, enquadrados no PRONAF, com exceção dos grupos A e A/C, como forma de estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra. Através da entrevista realizada em campo com o agente de microcrédito rural do Agroamigo que atua no setor rural do município de Pirpirituba/PB, foi buscado entender quais as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares terem acesso ao programa:

[...] tem agricultor que não sabe o que é a DAP, a informação demora a chegar ao agricultor, até por causa desses sindicatos [...], que não fazem reuniões, que não chegam nas associações para conversar com as pessoas, [...] acredito que a maior dificuldade deles é essa questão de documentação mesmo e de informação, que infelizmente apenas o banco consegue repassar a informação para o agricultor [...] (Entrevista com agente do Agroamigo, pesquisa de campo em 18 de outubro de, 2022).

O município de Pirpirituba/PB, articula junto ao Governo do estado estratégias de desenvolvimento e apoio ao setor rural e o agricultor familiar, com a distribuição de sementes para plantio e serviços de corte de terra, instigando à produção e comercialização dos seus produtos subsistência para comercialização na Feira de Agricultura Familiar do município.

Como forma de valorização do agricultor familiar, acontece anualmente o evento denominado de Festa do Agricultor no dia 28 de julho, com intuito de incentivar os agricultores familiares nos mais diversos tipos de plantações, com espaços de diálogos, esclarecimentos, palestras técnicas, distribuição de brindes e mudas, música com trio pé de serra, buscando o desenvolvimento do setor rural através dessas feiras, dentre outras ações. O município conta com os seguintes apoiadores e colaboradores, a EMPAER - PB, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), construindo em prol da agricultura familiar, dentre as ações estão:

- Constantes serviços e ações em cortes de terra;
- Construção de barreiros;
- Incentivo e fortalecimento das Associações Rurais;
- Distribuição de mudas;
- Criação da Feira da Agricultura Familiar e aquisição de alimentos produzidos pelo produtor rural local para merenda escolar;
- Disponibilização gratuita da declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);
- Distribuição de ferramentas para os agricultores, etc.

A Prefeitura Municipal de Pirpirituba junto a Secretaria da Agricultura disponibiliza gratuitamente um espaço para que houvesse a comercialização dos produtos, a feira acontece semanalmente às quintas-feiras durante o período da manhã (5h às 11h) e já está bastante conhecida como feira do pequeno produtor e agricultor familiar, encontra-se localizada na Travessa da Rua Celso Cirne - Centro. (Figura 7).

Figura 6: Feira da Agricultura Familiar de Pirpirituba/PB



Fonte: Graziela Viegas, 2022.

Através da entrevista realizada em campo com o secretário da agricultura do município de Pirpirituba-PB, foi buscado entender como funciona a dinâmica da feira do agricultor

familiar e as estratégias usadas pelo órgão municipal e sua secretaria para inserir os agricultores participantes da feira do agricultor familiar no município na economia local. Segundo a sua fala:

A Feira acontecer na quinta foi escolha deles, eles acharam que se não acontecer no mesmo dia da outra feira, eles teriam como atrair mais clientes [...] a gente já propôs a eles colocar no mesmo horário da outra feira. Mas eles acham que não dá certo por que as outras pessoas iriam para a outra feira normal e na quinta-feira eles seriam exclusivos e só teriam eles comercializando os produtos [...] e também por que alguns deles já tem bancos na feira livre no sábado e não teriam como manter as duas feiras (Entrevista com Secretário da Agricultura, pesquisa de campo em 10 de outubro de 2022).

A Feira do Agricultor Familiar, vem ganhando importância atualmente no município devido ao movimento de visitantes, que buscam consumir os alimentos e fibras de qualidade originárias da agricultura extensiva, que utiliza técnicas básicas de produção, incluindo pouca mecanização e baixo investimento em tecnologia. O meio de produção também pode ser empregado como setor de subsistência, já que é um tipo de sistema agrícola em que pessoas da mesma família trabalham na terra ou no abastecimento do mercado local. Atualmente a feira contém 11 agricultores familiares cadastrados e 13 bancas ocupadas e disponibilizadas pela prefeitura municipal, apresentando um baixo nível de participação em relação ao número de agricultores familiares existentes no município. Ainda segundo a fala do Secretário:

A gente institui-o a feirinha dentro da primeira semana da agricultura familiar, para ficar sendo realizada semanalmente, a gente cedeu o local para eles e confeccionamos os bancos [...] depois a gente conseguiu através do Governo do Estado uma parceria e eles conseguiram os jalecos e ficou na promessa de conseguirem balanças, mas até agora não conseguimos receber [...] (Entrevista com Secretário da Agricultura, pesquisa de campo em 10 de outubro de 2022).

Os alimentos cultivados funcionam justamente como impulsionador de renda no comércio local, esses movimentos econômicos influenciam a implantação do setor rural no comércio local da zona urbana, trazendo a valorização das atividades agrícolas que funcionam ainda com o sistema de produção tradicional que preserva suas técnicas rurais antigas. A zona rural do município de Pirpirituba conta com 23 comunidades rurais, todas elas praticamente possuem agricultores familiares, no entanto, algumas são bem pequenas e com poucos agricultores. Posteriormente, o nosso estudo trará informações a respeito à Agricultura Familiar no município e sua ligação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, sistema que tem como objetivo apoiar e oferecer custeio aos pequenos agricultores e suas atividades rurais.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico iremos analisar o PRONAF enquanto política pública, destacando seus principais resultados no desenvolvimento rural no município de Pirpirituba/PB. Será abordado números de estabelecimentos agropecuários que acessam o programa, o número de contratos de financiamentos firmados pelo BNB, o montante de recursos disponibilizado anualmente, resultado da pesquisa após os agricultores familiares acessarem este programa, além de alguns resultados indicados por outros autores.

6.1 IMPORTÂNCIA DO PRONAF NO MUNICÍPIO

O presente estudo busca compreender as principais dinâmicas do PRONAF enquanto fator político e sua capacidade em gerar mudanças econômicas de fortalecimento nas condições de vida dos agricultores familiares, além de analisar como o volume de recursos disponibilizados do programa estão sendo utilizados e distribuídos no município e quais foram suas principais consequências no meio rural. Para isso, foi necessário o levantamento de dados para análise do programa até os dias atuais para compreender a sua extensão municipal.

Para poder acessar os recursos do PRONAF em Pirpirituba/PB, os agricultores dispõem de duas instituições que operam os recursos do programa na região. A primeira e principal corresponde ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que possui um posto de atendimento na sede do município, estando vinculado ao Programa de Microfinança rural Agroamigo. Esse posto de atendimento disponibiliza aos agricultores a modalidade de custeio individual para os Grupos A e B. Após isso, encaminha os pedidos de financiamento dos agricultores para o BNB, os dados do passaram por análise e caso o pedido de crédito seja aprovado, o agricultor receberá o recurso.

Para possível contratação da operação de crédito, os agricultores adeptos ao programa devem apresentar a DAP que é retirada sede da EMPAER, o agricultor não pode conter restrições em seu nome, possuir todos seus documentos pessoais, além dos documentos da propriedade. Atualmente o município conta com 962 cadastrados no sistema DAP, apresentando 654 DAP(s) inativas e 308 DAP(s) ativas. De acordo com o Extensionista Rural da EMPAER o grande número de pessoas inativas significa que não há atividades de entrada locatórias em mais de 60 dias. Segundo o extensionista um dos motivos frequentes para que o agricultor tenha acesso ao PRONAF no município, mesmo que esteja cadastrado na DAP é a

restrição do nome, já que muitos procuram emitir a DAP em busca do crédito rural, como demonstrado pelos trechos de entrevista abaixo:

Para ter acesso ao crédito tem que ter a DAP, tem que ter a documentação, comprovante de votação, tem que está em dia com a Justiça Federal [...] tem que está com o nome limpo. Muitas vezes os agricultores não acessam o PRONAF[...] por que as vezes para tirar o crédito, ele(a) ainda é submetido a análise[...] se estiver com o nome sujo ou com alguma pendência no cartão de crédito, na conta de energia atrasada, ou coisa parecida ele não vai acessar o crédito [...] por que o banco que libera o recurso vai consultar o nome dele(a) (Entrevista com Extensionista Rural da EMPAER, pesquisa de campo em 10 de outubro de 2022).

A segunda instituição e menos acessada que opera recursos do PRONAF é o Banco do Brasil (BB), sendo que os agricultores de Pirpirituba são atendidos na própria agência localizada no município. Esse banco atende os Grupos A e A/C na modalidade de custeio. Para a contratação da operação de crédito através do banco, o agricultor também não pode ter restrições bancárias, deve apresentar a DAP ativa, comportar seus documentos pessoais, além dos documentos da propriedade.

Para que as informações sobre a política pública chegue aos agricultores a instituição do BNB conta com apoio dos agentes do Microfinança Rural Agroamigo, o responsável pela sede da EMPAER do município, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Secretário da Agricultura do município, por fim, os administradores das Associações dos produtores rurais de Pirpirituba/PB. Considerando as informações mencionadas sobre os agricultores familiares, será demonstrado o número de estabelecimentos por tipo de PRONAF e não-pronafiano e seus tipos de financiamento do programa (Tabela 6).

Tabela 6: Segmentação de estabelecimentos agropecuários a partir das normas do PRONAF

Pronafiano	Nº de estabelecimentos agropecuários	Total (%)	Áreas dos estabelecimentos agropecuários (ha)	Total (%)
Não Pronafiano	82	372,7	3.261	3.882,1
Pronaf A	9	1,7	124	7,8
Pronaf B	436	751,7	1.335	291,5
Pronaf C	38	542,9	301	885,3
Pronaf D	3	-	32	-
Pronaf E	1	0,2	-	0,0
Total	487	1.296,5	458,335	1.528,9

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Elaboração própria.

Através dos dados Censo Agropecuário (2006) permite a análise do tamanho considerável da proporção do programa e a população alvo que tiveram acesso a financiamento em seus estabelecimentos agropecuários, descartando como o PRONAF já vinha ganhando projeção

desde o início de 2006, se estendendo cada vez até os dias atuais entre os agricultores residentes na localidade de Pirpirituba/PB.

Durante a pesquisa em campo realizada com o agente de Microfinança Rural (Agroamigo) o entrevistado afirmou que o número de pessoas que aderem ao PRONAF, em grande parte são os pequenos produtores rurais que estão distribuídos nas 23 comunidades rurais do município principalmente na localidade do Sítio Várzea Comprida que está centralizada as maiores atividades agropecuárias.

Ainda de acordo com os determinados dados foi observado que 436 dos estabelecimentos agropecuários estão inseridos nas linhas de crédito do PRONAF, principalmente por financiamento custeio pelo Microcrédito Rural “B”. O grupo responde a quase 90% do total do crédito disponibilizado pelo programa distribuído entre os estabelecimentos rurais. Pode se considerar, que os produtores rurais preferem optar pelo crédito para financiar suas atividades rotineiras do campo, mais com a intervenção direta ou dos sistemas de produção, ou seja, a médio e longo prazo.

Com base nos dados, surgiu a necessidade de analisar o comportamento indicadores trazidos pelo programa de crédito PRONAF atualmente no município sobre os agricultores que aderiram ao programa com a finalidade de obter recursos do crédito rural e quais as mudanças presentes no terreno empírico da pesquisa. Mattei (2005) ressalta que “Em função disso, surge a necessidade de se fazer estudos periódicos que procurem captar possíveis efeitos do programa sobre a agricultura familiar e sobre as economias locais”.

Segundo Souza (2009, p. 14) o estudo da abordagem territorial representa um novo modo de visão de uma nova ruralidade, esquivando-se das concepções tradicionais reducionistas e setoriais. Essas abordagens estão relacionadas com uma série de fatores que vem ocorrendo no mundo rural brasileiro, com a incorporação de novas dimensões e inovações para esse espaço, que não se limita mais à produção de alimentos. Questão também comentada pelas autoras do segmento de políticas de desenvolvimento rural (ROCHA; PAULA, 2007).

A ideia de território procura dar conta das múltiplas dimensões e das complexidades existentes no espaço rural contemporâneo, buscando, enquanto uma abordagem de desenvolvimento, a ação sobre um dado espaço, considerando as relações sociais nele existentes. Nesse sentido, constitui-se, apesar das controvérsias existentes em relação ao seu uso e ao seu significado, um avanço em relação às formas tradicionais de intervenção no rural, baseadas em uma visão setorial e dicotômica. Representa o reconhecimento de que o rural é fruto de uma complexa rede de relações entre inúmeros atores - o entendimento desses processos, que incluem aspectos globais e locais, agrícolas e não - agrícolas, rurais e urbanos, é crucial para entender a dinâmica das áreas rurais, (ROCHA; PAULA, 2007, p. 137).

Podemos afirmar que o PRONAF vem cumprido uma parte do seu papel enquanto política pública a qual tinha proposto, ou seja, liberar recursos ao agricultor familiar para que o mesmo se fortaleça sua estruturação econômica no campo, o que gera o seu reconhecimento no território como principal política pública com pontos eficiente diante dos agricultores familiares. Conforme Souza et al (2008, p. 138), o acesso ao crédito rural pelos agricultores familiares é um importante contribuidor para o desenvolvimento local e para geração de empregos e aumento da renda. Os autores também reconhecem os efeitos positivos do programa na melhor utilização dos recursos já que a discussão sobre a importância da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos desde sua criação e principalmente nos últimos anos, impulsionada pelo debate de geração de emprego e renda, segurança alimentar, práticas de sustentabilidade e desenvolvimento local.

O total de recursos disponibilizados pelo PRONAF girava em torno de valores destinados a empréstimos para operações de custeio, para investimentos, incluindo entre os itens financiáveis. O que vem apresentando um aumento significativo no município de Pirpirituba/PB, através seus diversos tipos de subprogramas e recursos disponibilizados para ampliar a produção do estabelecimento agropecuário (Tabela 7).

Tabela 7: Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF por ano fiscal, janeiro 2019/setembro 2022

Programa	2019	(%)	2020	(%)	2021	(%)	2022	(%)	N° de operações
Pronaf Grupo "B"	30	43,48	32	32,32	41	35,96	56	46,28	159
Pronaf Mulher	1	1,45	-	-	-	-	3	2,48	4
Pronaf "B" Plano Semiárido	35	50,72	58	58,59	70	61,40	55	45,45	218
Pronaf Semiárido	-	-	2	2,02	3	2,63	7	5,79	12
Plano Comum	1	1,45	2	2,02	-	-	-	-	3
Pronaf Mais Alimentos	2	2,69	5	5,05	-	-	-	-	7
Total de contratos	69	100%	99	100%	114	100%	121	100%	403

Fonte: BNB/ Programa (Agroamigo), 2022. Elaboração própria.

O total de acúmulos de valores do PRONAF no município pela instituição do BNB passou de cerca de 359.724,02 para 856.326,41 até o período de setembro de 2022. Ao analisar a evolução do montante de recursos ao longo de quatro anos consecutivos entre 2019/2022, segundo a pesquisa de campo em entrevista com a EMPAER e o agente do programa Agroamigo do município, são realizados mais contratos de custeio agrícola e para custeio da

atividade de pecuária. Ao mesmo tempo ainda continua uma predominância perceptível de contratos de custeio para os agricultores enquadrados no Pronaf “B” apresentando conforme os dados maiores número de operações. A predominância de agricultores enquadrados no grupo “B” de financiamento deve-se sobretudo ao fato de que no município contém pequenas propriedades, nas quais os agricultores, através de suas atividades agrícolas e pecuárias podem retirar a sua renda anual.

Tomando esses dados como referência, para tentar entender como encontrasse a abrangência do programa no município, é de interesse dessa pesquisa desvelar se o programa traz efeitos significativos a existência de agricultores familiares. Após a investigação e análise da pesquisa realizada em campo, pode-se observar que o aumento no número de contratos realizados e o montante de crédito concedido desde a implementação do programa até os dias atuais, não representa garantias de que esse crescimento quantitativo reflita nas ações qualitativas para os agricultores familiares. Uma vez que, quanto maior o volume de dinheiro investido no programa de crédito, maior a responsabilidade que o beneficente terá na utilização eficiente dos recursos governamentais.

Uma política cujo orçamento aumenta a cada ano deve ser constantemente avaliada e melhorada a fim de garantir que o dinheiro investido renda frutos e permita a autonomização da parcela favorecida em relação ao Estado – e não a criação de dependência e de uma nova forma de assistencialismo estatal. (SARAMAGO, 2012, p. 38).

A estrutura do programa desde sua criação aponta a garantia de uma melhor qualidade de vida para a população rural que se enquadra aos aspectos sociais, econômicos e ambientais. No entanto, há barreiras que ainda precisam ser superadas e reorganizadas para a concretização dessa política de forma plena e consonante para poder assim cumprir com seus propósitos (SARAMAGO, 2012, p. 37). Assunção e Chein (2007), também ressaltam que temos duas implicações básicas no desenho das políticas públicas dos pequenos agricultores rurais. Primeiramente porque os resultados mostram que há bastante espaço para melhorias no acesso ao crédito principalmente das famílias carentes que vivem em áreas rurais. Por outro lado, não deixa claro que as políticas de crédito que são voltadas para o público de origem sejam capazes de resolver seus problemas no campo.

No próximo subtópico será possível perceber, mesmo adquirindo ao crédito rural os beneficiários do PRONAF não conseguiram totalmente solucionar os principais problemas as quais o programa tem por objetivo. Pois, alguns ainda apresentam desigualdades econômicas,

sociais e ambientais que ainda não foram amplamente amenizados conforme intenciona o programa.

6.2 ANÁLISE DOS EFEITOS DO PROGRAMA DE CRÉDITO PRONAF NO CONTEXTO AGRICULTURA FAMILIAR

Para esclarecer as hipóteses levantadas no início da pesquisa, que deu origem as indagações sobre o comportamento do PRONAF no município como impulsionador social e principalmente econômico na vida das pessoas do campo que acessam o crédito rural. Foi necessário utilizar os resultados da entrevista em campo com aplicação de questionários que se restringiu a 4 agricultores familiares, 3 pertencentes a comunidades rural do Sitio Várzea Comprida, 1 pertencente a comunidade rural do Sitio Serra da Jurema. Devido à dificuldade em localizar um maior número de agricultores que acessam o recurso do PRONAF por ausência de informações por parte das instituições. Esta amostra foi composta por agricultores familiares beneficiados do PRONAF que comercializam seus produtos na Feira do Agricultor Familiar do município.

A composição da amostra dos beneficiários do programa PRONAF que responderam ao questionário foi relativamente uniforme. A maior parte dos entrevistados era do sexo feminino e a faixa etária variava dos 27 aos 55 anos. Quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados, predominou o Ensino Fundamental I incompleto, sendo que apenas 1 deles se diferenciava, possuía sua escolaridade em Nível Superior.

Todos os entrevistados residiam na própria propriedade em que desenvolviam as suas atividades agrícolas, apenas 2 dos entrevistados praticavam atividades de pecuária. Dentre as principais atividades desenvolvidas na terra estão: hortaliças, milho, feijão, fava, macaxeira, maracujá, caju, pimenta, urucum, jaca, mamão, manga, abacate, laranja, limão, batata, jerimum, banana, criação de bovinos, criação de galinhas e criação de porcos. As atividades mais recorrentes foram plantação de macaxeira, milho, feijão e criação de galinha.

Dentre os entrevistados, todos estão integrados a associação dos produtores rurais da sua própria comunidade rural, enquanto 2 estão vinculados ao sindicato rural do município. A renda familiar dos beneficiários ao programa é primordialmente originária da atividade agrícola. Quando questionados sobre a renda bruta anual derivada das atividades agrícolas realizadas em sua propriedade, os agricultores indicaram não saber aproximadamente qual o montante consegue obter com estas atividades que são produzidas já que dependem da variação

climática, e as vendas dos produtos distribuídos nas feiras são incertas já que dependem dos clientes. Entre as famílias que acessam os recursos do PRONAF, uma agricultora mencionou fora as atividades do seu estabelecimento, possui outra tipo de renda complementar como revendedora, além de um dos membros de sua família trabalhando fora. Observa-se que os benefícios governamentais como Auxílio Brasil, do Governo Federal, também são predominantes como fontes de renda para complementar o orçamento familiar dos de alguns dos entrevistados. Entre os fatores mencionados, foi o fato de que não incentivarem seus filhos a continuar com a sucessão familiar, por razão dá vida no campo não ser fácil e não enxergarem melhores perspectivas de vida na atividade agrícola. Como demonstrado pelos trechos das entrevistas abaixo:

Por que agricultura é um trabalho muito pesado (Entrevista com agricultura familiar beneficiária, pesquisa de campo em 20 de outubro de 2022).

No momento eu a incentivo estudar. Hoje em dia a agricultura é serviço pesado (Entrevista com agricultura familiar beneficiária, pesquisa de campo em 20 de outubro de 2022).

Por fato de a atividade agrícola ser a principal fonte de renda desses agricultores identificamos a dedicação para tal atividade, já que os membros familiares dos entrevistados também se desempenham na agricultura como atividade econômica. Um dos entrevistados revelou que antes de morar na localidade estava exercendo uma atividade remunerada na capital da Paraíba, mas após ficar desempregado decidiu retornar para o município e a única opção de renda encontrada foi a pratica de atividade agrícola, onde comercializa os produtos atualmente na Feira do Agricultor Familiar.

Os entrevistados não apresentaram muitas noções sobre como funciona o programa, não souberam informar de qual grupo do PRONAF pertenciam, quais as atividades são financiadas, desconhecem as linhas de financiamento, quais os seus benefícios, quais os valores disponibilizados. O valor de crédito concedido no último ano para a maioria dos agricultores foi de R\$6.000,00 já que muitos pertencem ao PRONAF Grupo “B”. Tal fato revela o desconhecimento dos agricultores acerca do programa e ausência de esclarecimentos das instituições responsáveis. Estabelecendo uma certa incompreensão pelos próprios beneficiários possuem uma relação de crédito com programa, apesar de afirmarem que o programa foi criado para ajudar os agricultores nas suas produções e criações, conforme pode ser observado nas falas das agricultoras entrevistadas:

É o empréstimo que a gente faz para comprar gado, para ajudar a agricultura (Entrevista com agricultura familiar beneficiária, pesquisa de campo em 20 de outubro de 2022).

Empréstimo para compra de gado, compra de materiais para fazer cerca, para criar galinhas e porcos (Entrevista com agricultura familiar beneficiária, pesquisa de campo em 20 de outubro de 2022).

Dessa forma, subtendesse que os agricultores desconhecem a diferença entre as taxas de juros do programa e do banco. Uma das principais vantagens do PRONAF, destacada pelo BNDES (2022), é que o programa oferece as mais baixas taxas de juros de financiamentos rurais de 0,6% ao ano. Essa taxa de juros é bastante inferior se compararmos as demais taxas de juros cobradas pelos demais bancos para concessão de crédito.

No trecho selecionado abaixo, temos o depoimento de uma das agricultoras sobre as taxas de bônus do programa, seu relato menciona uma crítica ao PRONAF já que acessa os recursos de financiamento por mais de 10 anos. Na sua opinião o banco não libera bônus maiores, já que sempre pagou suas parcelas em dia antes dos vencimentos. Conforme pode ser observado na sua fala durante a entrevista:

Quando você tira um empréstimo que é uma pessoa pagadora, e você tira muito você passa a perder os bônus dele. E as pessoas outras pessoas passam a ter o bônus. Só que o bônus para quem é bom pagador era para continuar e por que é retirado? [...] eu acho que eu era para ter direito a mais bônus (Entrevista com agricultura familiar beneficiária, pesquisa de campo em 20 de outubro de 2022).

A maioria dos entrevistados afirmaram que a renda aumentou um pouco após acessarem o crédito do PRONAF. Dessa forma, a amostra não apontou para uma transformação significativa na renda dos agricultores a partir da aquisição de crédito do programa, como será visto a diante. Alguns dos entrevistados afirmaram não ter recebido algum tipo de orientação sobre o programa, sequer a melhor forma para utilizar os recursos do PRONAF. Dentro dessa afirmação os agricultores não souberam dizer as recomendações que são repassadas, já que tiveram apenas algumas observações através do agente do programa Agroamigo no momento de consentimento do crédito. Com isso, observasse que ainda existe uma falta orientação para os agricultores por parte das organizações responsáveis pelo programa, e isso talvez esteja relacionado com a problematização do tal programa em relação a uma certa ausência da assistência técnica já que os agricultores afirmaram não receber qualquer tipo de assistência pelo PRONAF.

Durante a entrevista realizada com o agente do Agromigo, foi questionado por que essa situação se encontra existente no município, segundo ele isso acontece por que é o único responsável para dar todo o suporte no município e ainda precisa executar a mesma dinâmica de trabalho em outras duas cidades vizinhas da região. Outra questão levantada pelo entrevistado é que as demais instituições e associações responsáveis por auxiliá-lo com

esclarecimento de dúvidas sobre programa não contribuem como deveriam, fazendo que essa problemática se estenda cada vez mais entre os agricultores beneficiários e não beneficiários do programa.

A importância do programa para uma reestruturação do campo brasileiro é nítida – e tanto governantes quanto estudiosos do tema reconhecem isso. A grande questão gira em torno das deficiências de implementação que os responsáveis pelo programa não foram capazes de sanar. Enquanto uma política pública, o PRONAF ainda deixa muito a desejar (SARAMAGO, 2012, p. 36).

Constata-se que entre os agricultores beneficiários encontra-se desinformação sobre a estrutura e os elementos importantes que compõe o programa do qual fazem parte e qual tipo de acordo assinaram o contrato. Segundo eles utilizaram o dinheiro do financiamento do PRONAF para afim das atividades de plantios e criação de bovinos. Conforme a fala de uma das entrevistadas o crédito foi importante:

Eu não iria ter verba para comprar uma vaca de dinheiro próprio e com o PRONAF eu conseguir comprar a vaca, vou conseguir para o banco e pretendo continuar (Entrevista com agricultura familiar beneficiária, pesquisa de campo em 20 de outubro de 2022).

Os agricultores também afirmaram não ter maquinário ou qualquer outro tipo de insumo com os recursos do programa, durante a entrevista uma agricultura revela que “*é tudo na mão e na força da enxada*”. A utilização de maquinário não é um elemento predominante na agricultura familiar do município, ao contrário, é inexistente entre os beneficiários e não beneficiários, mesmo assim, os agricultores informaram que quando necessário solicitam ao secretário da agricultura municipal este tipo de auxílio para utilização de tratores para corte de terra.

No decorrer da pesquisa em campo, também foi entrevistado um agricultor não beneficiário, mas que já tinha ouvido falar do PRONAF. Mas até o momento não conhecia perfeitamente para que o programa servia, apenas conhecia que era um tipo de crédito destinado para os agricultores trabalhar. Tal fato revela a importância de informações que deveriam ser repassadas para os agricultores, uma vez que, o acesso ao programa iria promover uma série de melhorias nas suas atividades desenvolvidas em sua propriedade.

Através da entrevista foi observado a prática de policultura entre os agricultores familiares dos beneficiários e não beneficiários do PRONAF. Enquanto entre os beneficiários há uma média de seis culturas além da criação de animais como bovinos, suínos e galinhas em cada propriedade, não acontece o mesmo com os não beneficiários: há uma média de quatro culturas e mais criação de galinhas por propriedade. As atividades de policultura nas

determinadas áreas de plantio tornam-se mais viável economicamente para o agricultor, requer menos espaço, apresenta uma forma mais sustentável de produção e está ligada com a agricultura de subsistência, utiliza poucas tecnologias, ausência de agrotóxicos e principalmente agride bem menos a natureza. Segundo Saramago (2012) a policultura enquanto é uma prática considerada mais harmoniosa com a proteção ambiental, aparece em maior escala entre os agricultores já que o sustento dos mesmos e da família depende disso.

Dessa forma, foram apontadas na pesquisa em campo contradições entre as práticas e as propostas do programa PRONAF, após analisar uma parcela dos agricultores do município, de forma bem evidente. Já que o PRONAF tem como objetivo, desde sua criação “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996).

Não se pode negar que o PRONAF representou um avanço político e social na história do Brasil, pois pela primeira vez foram destinadas políticas específicas aos agricultores através da construção de organizações e diferentes subsídios que auxiliaram o acesso ao crédito a um número de agricultores familiares nunca atingidos antes. Porém, mesmo com toda a melhora, ainda temos um sistema bancário que não consegue atender a todo o público alvo do PRONAF[...] (FERNANDES 2013, p. 51).

Segundo Saramago (2012, p. 76) um programa com alcance nacional como PRONAF, que tem realizado bons resultados ao longo dos anos deve ser mais redirecionado. Pois, trouxe uma grande esperança para esse segmento que é tão importante na agricultura brasileira. Mesmo deixando claro que a política pública precisa de novos elementos e reformulações, para assim, cumprir os seus propósitos e deixando que a distância entre o “teórico” e o “real” possa ser amenizado.

Portanto, deixa claro que o PRONAF é uma política pública que vem sendo alterada ao longo dos vinte e sete anos, buscando aperfeiçoar o atendimento as necessidades dos pequenos agricultores familiares, fazendo que esses tenham seu próprio tipo de financiamento e o acesso ao crédito, a estrutura do programa caracteriza-se como política pública que contribui aumento e proporção da qualidade de vida e econômica dos agricultores do campo, mas quando falamos da realidade do agricultor nem sempre o PRONAF funciona.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho investigou o impacto do PRONAF como política pública de melhoria na agricultura familiar, sua evolução e contribuição para o meio rural do município de Pirpirituba/PB. Foi também analisado todo seu processo histórico desde a sua criação a partir da Resolução nº 2. 141, de 24 de agosto de 1995 até os dias de hoje, destacando os agricultores familiares beneficiados, que antes eram completamente excluídos de políticas públicas do Governo Federal, e com a criação do PRONAF passaram a ter seu próprio financiamento e finalmente direitos de acesso ao crédito, que possivelmente traria a possibilidade de amenizar as desigualdades socioeconômicas e possíveis melhorias na sua realidade conforme a sua necessidade.

Além disso, o estudo averiguou o programa enquanto impulsionador das produções destas famílias para elevar a sua renda, o aumento da oferta de alimentos e uma maior incorporação do agricultor familiar no comércio local. Também foi apresentado um breve histórico sobre agricultura e agricultura familiar e as suas manifestações sociais no território do Brasil. Por fim, o trabalho analisou o número de contratos disponibilizados pelo PRONAF e suas linhas de financiamento no município, os resultados encontrados em número de contratos, os alcançados por esta política agrícola, mostrando, que o montante dos recursos do programa gera efeitos positivos nas dimensões estudadas, trazendo o desenvolvimento do campo na economia local.

Conforme foi visto, este trabalho citou diversos autores ao longo do estudo, para assim, consolidar a investigação proposta sobre o PRONAF, mesmo após vinte e sete anos de sua institucionalização como a primeira política pública no Brasil voltada de forma específica aos agricultores familiares, percebe-se, que o programa vem cumprindo seu maior objetivo.

Portanto, concluímos que o PRONAF é uma ferramenta de fundamental importância para ampliar a melhoria da qualidade de vida da população do meio rural. Pois a partir do programa a categoria dos agricultores familiares foi finalmente reconhecida diante o governo, vigorando até os dias de hoje, sendo necessário sua continuidade para expansão de seus recursos e benefícios. Para a construção das considerações apresentadas ao final do trabalho os dados foram obtidos através de bibliografia com referências de estudos anteriores sobre o programa para que o questionamento central do trabalho pudesse ser elaborado, como indagações sobre a influência ou não do PRONAF na agricultura familiar do município, fosse esclarecido.

O problema que ficou evidente após analisar a configuração da agricultura familiar do município, entendendo a precariedade existente da assistência técnica que acomete os beneficiários do PRONAF. Os agricultores familiares beneficiários, também afirmam que as

visitas dos responsáveis pelo programa são insuficientes, ou seja, não acontecem conforme as informações descritas sobre a política pública. Salientando que é papel dos responsáveis pelo PRONAF ter o compromisso de orientá-los e dar suporte para os beneficiários para possíveis dúvidas e desconhecimentos sobre os tipos de financiamento.

Uma vez que, cabe os próprios técnicos responsáveis ser mediadores entre os agricultores familiares e as diretrizes propostas do programa. Já que não tem sido possível transmitir, em sua plenitude, se observarmos os meios práticos e as diretrizes aos agricultores, certificamos que o “formal” e o “real” andam em caminhos separados, dificultando que o objetivo do programa não chegue ao alcance do seu público alvo como necessariamente deveria ser. Considera-se que o sucesso do programa depende da atuação desses técnicos mediadores, sendo assim, é necessário que aconteça mais capacitações para esses responsáveis afim de que eles desempenhem seu o papel que lhe foi destinado.

De fato, há muito o que se fazer para que as diferenças entre essas diretrizes e as práticas propostas pelo programa sejam reduzidas. Já que a desinformação está nítida entre os entrevistados não saber qual grupo de beneficiários do PRONAF pertencem, desconhecimento entre as taxas de juros dos empréstimos concedidos pelo programa em relação as taxas de juros de empréstimos dos demais bancos privados, expondo de certa forma a dimensão de desinformação que acontece ao meio rural em relação a política pública.

Ao invés de sempre buscar o aumento do número de agricultores familiares que acessam ao crédito do PRONAF, é necessário garantir que os beneficiários façam adesão ao programa de maneira consciente e conheçam primeiramente as características do empréstimo que estão submetendo. Uma vez que, a expansão de informações sobre o acesso ao PRONAF, além de expandir o número de acesso ao programa, os agricultores podem repassar essas informações para demais indivíduos do meio rural que praticam as mesmas atividades e podem se enquadrar as atribuições exigidas, também pode garantir a diminuição de agricultores inadimplentes por acumulo de taxas de juros. O trabalho não tem a pretensão de desconsiderar os acertos do programa e desconsiderar os seus avanços na categoria rural familiar, todavia, devesse salientar os seus aspectos falhos, impossibilitando uma renovação na dinâmica do programa no município.

Entre diferentes opiniões acerca do programa, há aqueles que conseguem identificar favorecimento proporcionado através do programa. Considerando que após o incremento do programa em suas rendas a partir da utilização do PRONAF quase todos revelaram que a elevação da renda foi pequena, mas que ajudou bastante já que não teriam como custear com

dinheiro próprio, outro fato que ficou nítido está entre a necessidade de maior orientação aos agricultores de melhor forma de utilização dos recursos do programa para ampliar suas rendas.

Concluir-se que o aumento da produção dos estabelecimentos familiares do município de Pirpirituba/PB, pode sim estar ligada ao aumento de contratos de recursos disponibilizados pelo PRONAF, porém, tornar-se necessário ressaltar que o crédito concedido através do financiamento de custeio e investimento disponibilizado pelo programa através do BNB/AGROAMIGO não é capaz de gerar um aumento notório nas características econômicas, como também, não gera mudanças do padrão de vida e desenvolvimento rural. Acredita-se que para melhoria de algumas lacunas apresentadas pelo programa no município, cabe exclusivamente aos seus responsáveis, buscar auxiliar o seu público alvo com informações sobre qual a melhor forma de utilizar os recursos disponibilizados, levar maiores informações sobre o PRONAF, executar os serviços de assistência técnica e demais problemas evidenciados.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Rodrigo Lopes et al. **Programa nacional de crédito da agricultura familiar e impactos nas economias locais no estado do Paraná**. Economia & Região, 2013.
- ASSUNÇÃO, J.; CHEIN, F. **Condições de crédito no Brasil rural**. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº02, abr/jun 2007. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032007000200006>
- BEZERRA, G. J., & Schlindwein, M. M. (2017). **Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil**. *Interações (Campo Grande)*, 2017.
- BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.
- BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas: nove anos de experiência do Projeto PRORENDA Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul**. Edunisc, 1999.
- BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. (23ª ed. revisada e atualizada). Petrópolis: Vozes; Ijuí: Ed. UNIJUI, 2003.
- COPPETTI, Lúcia Daiane. **Fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares às políticas de crédito rural: o caso do Pronaf - Crédito no município de Alegria – RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RS, Porto Alegre, 2008.
- FERNANDES, A. M. S. **O PRONAF na agricultura familiar: sua criação, distribuição e principais resultados**. Porto Alegre, 2013.
- FRANÇA, Diego Pessoa Irineu; SOUZA E SILVA, Pablo Melquisedeque. **A política de reforma agrária nos governos FHC e Lula e seus rebatimentos na Região do Brejo**. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2012.
- FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E PRÁXIS: memórias territoriais de lágrimas e luta pela terra na região de Guarabira**. Curitiba: Ed. CRV, 2020.
- GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUANZIROLI, C. E. e CARDIM, S. E. de C. S. **Novo retrato da Agricultura Familiar. O Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação técnica INCRA/FAO. Brasília, 2000.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique. **PRONAF: dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. RER, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, 2007.
- MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). **Formas de resistência camponesa: viabilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. Vol. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Ed. UNESP: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. **A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

ROCHA, Ana Georgina Peixoto; PAULA, Ana Mônica Hughes de. **O uso do conceito de território na perspectiva do desenvolvimento rural**. *Revista Desenharia*, Salvador, v.4, n.6, 2007.

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **A formação territorial do Brejo paraibano e a luta pela terra: o caso do assentamento Nossa Senhora de Fátima**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SABOURIN, Eric. **Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2001.

SARAMAGO, Luísa Barreto. **Efeitos do PRONAF na sustentabilidade agrícola. O caso dos agricultores familiares de Campos dos Goytacazes-RJ**. Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.

SANTOS, Elizângela Aparecida dos; FORTINI, Rosimere Miranda. **Um novo retrato da agricultura familiar do estado da Paraíba a partir dos dados do censo agropecuário 2017**. MG: IPPDS, UFV, 2021.

SOUZA, P.M. de; FERREIRA, V.R.; PONCIANO, N.J.; BRITO, M.N. **Otimização econômica, sob condições de risco, para agricultores familiares das regiões Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro**. *Pesquisa Operacional*, v.28, n.1, 2008.

SOUZA, Aliane Celine Silva. **A ação de programas de microcrédito rural do Banco do Nordeste do Brasil: PRONAF B e AGROAMIGO no território agreste de Alagoinhas/Litoral Norte Bahia (2005-2008)**. Salvador, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Fontes de Sites pesquisados

ASBRAER – Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/> acesso em: 20 de maio de 2022.

BNDES - Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf> acesso em: 12 de setembro de 2021.

BNB - Disponível em: <https://bnb.gov.br/agroamigo> acesso em: 10 de setembro de 2022.

BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htmimpressao.htm acesso em: 17 de julho de 2022.

BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm acesso em: 17 de julho de 2022. FETAG – RS. Disponível em: <http://fetags.org.br/> acesso em: 19 de junho de 2022.

ENTENDENDO O ÍNDICE DE GINI, INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE, 2015. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/Entendendo_Indice_GINI.pdf acesso em: 28 de janeiro de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). Ano Internacional da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/pt/> acesso em: 15 de julho 2022.

GOV. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf> acesso: 18 de julho de 2022.

IBGE CIDADES. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pirpirituba/panorama> acesso em: 17 de junho de 2022.

IBGE. Censo agropecuário 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/> acesso em: 13 de junho de 2022.

Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/matrizdadoscreditorural> acesso em: 12 de setembro de 2021.

MANUAL DE CRÉDITO RURAL (MCR). Disponível em:
<http://www.emater.ro.gov.br/siteemater/arquivos/publicacoes/31012012165720.pdf> acesso
em: 07 de outubro de 2022.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas semiestruturadas: agricultores familiares beneficiários e não beneficiários do PRONAF no município de Pirpirituba/PB.

Número de entrevistas: _____ Localidade: _____

A) Dados de Identificação

- 1) Nome:
- 2) Sexo:
- 3) Escolaridade:
- 4) Tempo que trabalha na agricultura?
- 5) Local de residência:
- 6) Número de membros que compõe o estabelecimento familiar atualmente:
- 7) Participa de alguma associação, cooperativa ou sindicato?
- 8) Incentiva os filhos a permanecerem na agricultura? Por quê?

B) Caracterização da propriedade

- 9) Qual é a sua condição na exploração da terra?
- 10) Quais as atividades desenvolvidas na propriedade?
- 11) O que produz na propriedade?
- 12) Forma de exploração agrícola: manual ou mecânica?
- 13) Recebe assistência técnica?
- 14) Mão-de-obra utilizada na propriedade?
- 15) Máquinas e equipamentos que possui?
- 16) Renda Bruta mensal ou anual?
- 17) Exerce outra atividade profissional?
- 18) Possui outros tipos de renda complementar?

C) Noções do entrevistado sobre o PRONAF

- 19) É beneficiário(a) do PRONAF?

- 20) Sabe quais atividades podem ser financiadas pelo PRONAF?
- 21) Qual linha de crédito que o financia através do PRONAF?
- 22) Quais motivos o levam a acessar o PRONAF?
- 23) Houve mudança na principal atividade desenvolvida na propriedade a partir do recebimento do benefício do PRONAF?
- 24) Qual sua opinião sobre o PRONAF?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas: EMPAER do município de Pirpirituba/PB.

- 1) Como a empresa percebe a situação da agricultura familiar no município?
- 2) Considera importante o PRONAF? Por quê?
- 3) A empresa divulga informações sobre o PRONAF? Incentiva os agricultores a acessarem o programa?
- 4) Qual a modalidade de financiamento do PRONAF mais atuante no município? Quais as principais produções do PRONAF?
- 5) Como os agricultores enquadrados no Grupo B poderão acessar crédito no município? Eles não podem acessar porque são considerados impossibilitados economicamente?
- 6) Como conseguem capital para custear suas produções? Através de outras rendas, como Bolsa Família ou outros empregos?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas com instituições financiadoras do PRONAF no município de Píripituba/PB: Microfinança Rural (Agroamigo)/ Banco do Nordeste do Brasil - BNB.

- 1) Desde quando o BNB opera os recursos do PRONAF?
- 2) Quais as modalidades e linhas de crédito do PRONAF que o BNB trabalha?
- 3) Quais as dificuldades geralmente acontecem de o agricultor conseguir fazer o PRONAF investimento?
- 4) Quais os documentos que o banco obrigatoriamente pede aos agricultores para analisar e aprovar o crédito?
- 5) Quais são as garantias exigidas?
- 6) Na visão da instituição, porque ainda existem agricultores que não acessam os recursos do PRONAF?
- 7) Atualmente existem quantos agricultores cadastrados no PRONAF através do BNB?